



Universidade Federal
de Campina Grande



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO PROFISSIONAL DE SOCIOLOGIA EM REDE NACIONAL - PROFSOCIO**

CARLA ROBERTA CORREIA DE MEDEIROS

**GÊNERO E SEXUALIDADE NOS LIVROS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA DO
ENSINO MÉDIO DAS ESCOLAS DO AGRESTE PERNAMBUCANO:
RETROCESSOS, DESAFIOS E RESISTÊNCIA NA CONJUNTURA ATUAL DAS
REFORMAS EDUCACIONAIS DO BRASIL**

**SUMÉ - PB
2023**

CARLA ROBERTA CORREIA DE MEDEIROS

**GÊNERO E SEXUALIDADE NOS LIVROS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA DO
ENSINO MÉDIO DAS ESCOLAS DO AGRESTE PERNAMBUCANO:
RETROCESSOS, DESAFIOS E RESISTÊNCIA NA CONJUNTURA ATUAL DAS
REFORMAS EDUCACIONAIS DO BRASIL**

**Dissertação apresentada ao Curso de
Mestrado Profissional de Sociologia em
Rede Nacional - Profsocio, ministrado no
Centro de Desenvolvimento Sustentável
do Semiárido da Universidade Federal de
Campina Grande, Campus Sumé como
requisito parcial para obtenção do título
de Mestra.**

**Linha de Pesquisa: Educação, Escola e
Sociedade.**

Orientador: Professor Dr. Isaac Alexandre da Silva.

**SUMÉ - PB
2023**



M488g Medeiros, Carla Roberta Correia de.
Gênero e sexualidade nos livros didáticos de Sociologia no Ensino Médio das escolas do Agreste Pernambucano: retrocessos, desafios e resistência na conjuntura atual das reformas educacionais no Brasil. / Carla Roberta Correia de Medeiros. - 2023.

87 f.

Orientador: Professor Dr. Isaac Alexandre da Silva.
Dissertação - Curso de Mestrado em Sociologia em Rede Nacional - PROFSOCIO; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Universidade Federal de Campina Grande.

1. Gênero e sexualidade. 2. Livros didáticos de Sociologia - Ensino Médio. 3. Novo Ensino Médio. 4. Base Nacional Curricular Comum. 5. Ensino de Sociologia. 6. Currículo - Sociologia no Ensino Médio. 7. Agreste pernambucano - escolas. I. Silva, Isaac Alexandre da. II. Título.

CDU: 316:37(043.2)

Elaboração da Ficha Catalográfica:

Johnny Rodrigues Barbosa
Bibliotecário-Documentalista
CRB-15/626

CARLA ROBERTA CORREIA DE MEDEIROS

**GÊNERO E SEXUALIDADE NOS LIVROS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA DO
ENSINO MÉDIO DAS ESCOLAS DO AGRESTE PERNAMBUCANO:
RETROCESSOS, DESAFIOS E RESISTÊNCIA NA CONJUNTURA ATUAL DAS
REFORMAS EDUCACIONAIS DO BRASIL**

**Dissertação apresentada ao Curso de
Mestrado Profissional de Sociologia em
Rede Nacional - Profsocio, ministrado no
Centro de Desenvolvimento Sustentável
do Semiárido da Universidade Federal de
Campina Grande, Campus Sumé como
requisito parcial para obtenção do título
de Mestra.**

**Linha de Pesquisa: Educação, Escola e
Sociedade.**

BANCA EXAMINADORA:

**Professor Dr. Isaac Alexandre da Silva.
Orientador - UAEDUC/CDSA/UFCG**

**Professora Dra. Adriana de Fátima Meira Vital.
Examinadora I - UATEC/CDSA/UFCG**

**Professor Dr. Valdonilson Barbosa dos Santos.
Examinador II - UACIS/CDSA/UFCG**

Trabalho aprovado em: 27 de outubro de 2023.

SUMÉ - PB

DEDICATÓRIA

*Aos meus filhos Biancca e Henrique
por serem o presente mais lindo que Deus
poderia ter me dado.*

*A minha neta Maya Correia por
ser a minha alegria, coragem e
amor durante todo esse período.*

*Pelo grande amor que tenho por eles:
A minha mãe Magdala.
Ao meu pai Adson Fernando.
Ao meu esposo Fernando Sérgio.
As minhas irmãs Bruna e Fernanda.
Aos meus sobrinhos Vivian e Yan.*

AGRADECIMENTOS

A DEUS, que todos os dias da minha vida me deu forças para nunca desistir.

Aos meus filhos, Bianca e Henrique, por ter me encorajado a não desistir, por esse amor incondicional.

A minha neta, Maya Correia, seu sorriso foi a parte fundamental do meu sucesso.

Ao meu esposo, Fernando, pois esteve comigo em todos os momentos, me encorajando e apoiando.

A minha família, que foi minha base durante esses anos e estiveram comigo em todos os momentos, sem eles eu não seria quem sou.

Ao professor Dr. Isaac Alexandre da Silva pelos sábios ensinamentos, pelo tempo dedicado e pela orientação deste trabalho, mediante paciência, compreensão e estímulo.

Ao Programa de Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (PROFSOCIO) pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal de Campina Grande, Campus Sumé (UFCEG/CDSA) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pela concessão da bolsa de estudos.

Aos meus pais, Adson e Magdala, por serem a base da nossa família.

As minhas irmãs Bruna e Fernanda por toda preocupação, por sempre acreditarem em mim e por todo o apoio e incentivo.

Aos meus sobrinhos, Vivian e Yan, por alegrarem e darem sentido na minha vida.

Aos membros da Banca Examinadora pelas sugestões recebidas.

Por fim, agradeço a todos que torceram por meu sucesso e estiveram do meu lado durante toda essa caminhada. Muito obrigada!

*“Se eu pudesse trincar a terra toda
E sentir-lhe um paladar,
Seria mais feliz um momento...
Mas eu nem sempre quero ser feliz.
É preciso ser de vez em quando infeliz
Para se poder ser natural...”*
ALBERTO CAEIRO

RESUMO

Estudos sobre gênero e sexualidade na Educação têm apontado o quanto esse campo ainda é permeado por um conjunto de violações e violências contra aqueles/as que não satisfazem a norma padrão de gênero e de sexualidade ou não se enquadram nos papéis e identidades de gênero que são estabelecidos na contextura social. Este tema tem sido alvo de muitos questionamentos nos últimos anos e se acredita haver hoje um consenso generalizado em face da necessidade de uma Educação Sexual na escola. Nesta direção, este trabalho investigativo busca identificar e problematizar os impactos das reformas educacionais da BNCC e do Novo Ensino Médio nas propostas teórico-metodológicas dos livros didáticos de Ciências Sociais do PNLD 2021 priorizando como pauta as temáticas Gênero e Sexualidade. Metodologicamente, a pesquisa segue diferentes caminhos. Considerando o objeto em tela, optou-se pela pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa descritiva, visando descrever características e fenômenos de uma determinada realidade. A pesquisa foi desenvolvida em sete Escolas de Referência em Ensino Médio (EREMs) no Agreste Pernambucano. Os resultados mostraram que os livros didáticos em pauta deveriam ser mais evidentes e objetivos sobre os conceitos relacionados a gênero e sexualidade, bem como discutir as questões sociais e históricas que envolvem esses temas. Além disso a execução de atividades práticas e reflexivas, de acordo com o questionário aplicado em uma das escolas, aos alunos do ensino médio, foi apontada a necessidade que os mesmos sentem, de debates que contribuam para a formação de uma consciência crítica e respeitosa em relação à diversidade e apontam a falta de conteúdos e mais clareza sobre esses temas no livro didático.

Palavras-chave: Gênero; Sexualidade; BNCC; Novo Ensino Médio.

ABSTRACT

Studies on gender and sexuality in Education have highlighted how this field is still permeated by a set of violations and violence against those who do not meet the standard gender and sexuality norm or do not fit into the gender roles and identities that are established in the social context. This topic has been the subject of many questions in recent years and it is believed that there is now a general consensus regarding the need for Sexual Education at school. In this direction, this investigative work seeks to identify and problematize the impacts of the educational reforms of the BNCC and the New High School on the theoretical-methodological proposals of the PNLD 2021 textbooks, prioritizing the themes of Gender and Sexuality as the agenda. Methodologically, the research follows different paths. Considering the object in question, we opted for bibliographical research, documentary research and descriptive research, aiming to describe characteristics and phenomena of a given reality. The research was carried out in some High School Reference Schools (EREMs) in Agreste Pernambucano. The results showed that the textbooks in question should be more evident and objective about concepts related to gender and sexuality, as well as discussing the social and historical issues surrounding these themes. In addition, the execution of practical and reflective activities, according to the questionnaire applied in one of the schools, to high school students, highlighted the need they feel for debates that contribute to the formation of a critical and respectful conscience in relation to diversity and point out the lack of content and more clarity on these topics in the textbook.

Keywords: Gender; Sexuality; BNCC; New High School.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Coleções dos livros didáticos analisados nesse estudo, (a): Livro Diálogo: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Editora Moderna, usado nas escolas dos municípios de Sanharó e Poção (LDCH1). (b): Livro Prisma: Ciências Humanas, Editora FTD, usado em duas escolas do município de Pesqueira (LDCH2). (c): Livro Diálogos em Ciências Humanas, Editora Ática, usado nas escolas dos municípios de Sanharó e Pesqueira (LDCH3). (d) Livro Contexto e Ação, Editora SCIPIONE, usado em uma escola no município de Pesqueira (LDCH4).....	39
Figura 2 -	Imagem retirada do Livro LDCH3, página 40.....	46
Figura 3 -	Imagem retirada do Livro LDCH1, página 79.	47
Figura 4 -	Imagem retirada do Livro LDCH1, página 74.	48
Figura 5 -	Imagem retirada do Livro LDCH1, página 133.....	51
Figura 6 -	Imagem retirada do Livro LDCH1, página 115.....	52
Figura 7 -	Imagem retirada do Livro LDCH1, página 50.....	53
Figura 8 -	Imagem retirada do Livro LDCH4, página 113.....	54
Figura 9 -	Imagem retirada do Livro LDCH1, página 89.....	57
Figura 10 -	Texto retirado do Livro LDCH1, página 153.....	58
Figura 11 -	Imagem retirada do Livro LDCH1, página 33.....	60

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
1.1	JUSTIFICATIVA.....	12
1.2	OBJETIVOS.....	15
1.2.1	Objetivo Geral.....	15
1.2.2	Objetivos Específicos.....	15
1.3	QUESTÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA PESQUISA.....	16
1.4	ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....	19
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	21
2.1	MAPEANDO A HISTÓRIA DA BNCC, DO NOVO ENSINO MÉDIO (NEM) E OS IMPACTOS DA REFORMA CURRICULAR NAS CIÊNCIAS SOCIAIS	21
2.2	A SOCIOLOGIA E SUAS ABORDAGENS SOBRE GÊNERO, SEXUALIDADE E INTERSECCIONALIDADE NO CONTEXTO DAS REFORMAS EDUCACIONAIS.....	28
3	GÊNERO E SEXUALIDADE COMO TEMAS DA SOCIOLOGIA ESCOLAR: UMA ANÁLISE DOS LIVROS DIDÁTICOS PNLD/2021 DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS.....	35
3.1	UMA ANÁLISE DOS LIVROS DIDÁTICOS PNLD 2021 DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS: GÊNERO E SEXUALIDADE EM PAUTA.....	35
3.2	SEXUALIDADE: UMA HISTÓRIA DE EXCLUSÃO.....	65
4	SUGESTÕES DE APRIMORAMENTO DO TRABALHO DOCENTE COM OS TEMAS DE GÊNERO, SEXUALIDADE E INTERSECCIONALIDADE NA SALA DE AULA, E PESQUISA DESCRITIVA.....	67
4.1	SUGESTÕES PARA APRIMORAR A INCLUSÃO DA INTERSECCIONALIDADE NAS SALAS DE AULA.....	67
4.2	PESQUISA DESCRITIVA NA EREM DO MUNICÍPIO DE POÇÃO-PE.....	69
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
	REFERÊNCIAS.....	80
	APÊNDICE.....	86

1 INTRODUÇÃO

Escola, gênero e sexualidade, três universos de múltiplas interferências, nos quais pais e educadores têm muita dificuldade em estabelecerem conexão e informação, tornam-se temáticas imprescindíveis nas discussões e no currículo que se desenrolam no âmbito escolar. Embora avanços já possam ser constatados nessa direção, mesmo estando numa sociedade em constante mudança e diante da evidente necessidade de elucidações sobre a corporeidade sexual, a compreensão dessas temáticas ainda está muito distante do cotidiano dos jovens. Segundo Louro et. al. (2014, p.23) as escolas acabam desviando os olhares dos jovens para outros assuntos, adiando a todo preço o foco para a sexualidade. A ideia de incluir nos programas escolares algumas noções sobre a sexualidade humana não é recente, já vem de muito tempo atrás e veio ao espírito dos profissionais de educação, sem, no entanto, ser condizentemente aplicada.

Acreditasse haver hoje um consenso generalizado em face da necessidade de uma Educação Sexual na escola. A sexualidade pode constituir uma forma privilegiada de enriquecimento pessoal e relacional ou, pelo contrário, transformar-se numa fonte de sofrimento que afeta dramaticamente a vida da pessoa, quer no âmbito da realização pessoal e relacional, quer no âmbito das pesadas faturas pagas quando à sua expressão se faz de forma imatura, ignorante, culpabilizada e/ou violenta. Por isso, é relevante o trabalho efetivo nas escolas, bem como para a vivência em sociedade.

Nos últimos anos, temos assistido a emergência de um conjunto de pesquisas no campo educacional que têm como temas as relações de gênero, diversidade sexual, identidade de gênero, sexualidades, entre outros. Esta pesquisa está inserida nesse processo, buscando analisar como estão tratados estes temas nos livros didáticos do Novo Ensino Médio¹. Todavia, antes de apresentar as questões que motivaram esta dissertação, faremos abaixo uma breve discussão sobre gênero, sexualidade.

¹ O Novo Ensino Médio é uma reforma educacional que tem como objetivo flexibilizar o currículo e oferecer aos estudantes a oportunidade de escolher parte das disciplinas que desejam estudar, de acordo com seus interesses e aptidões. Segundo Freitas (2023) o "Novo Ensino Médio" é visto como uma reforma que enfatizava a flexibilização do currículo em detrimento de outros aspectos da educação. Ele argumentou que a reforma poderia aprofundar desigualdades educacionais e sociais, uma vez que nem todos os estudantes teriam as mesmas oportunidades de acesso aos itinerários formativos, e que a falta de investimentos adequados poderia prejudicar a efetiva implementação da reforma.

Louro (2014) afirma em seu livro “Gênero, sexualidade e educação” a forma como gênero e sexualidade sempre estiveram correlacionados. Embora tenha aspectos semelhantes, separados nos possibilita entendermos suas dimensões, aplicabilidades e relações de poder que a cada momento histórico, social, cultural e político, eles se contrapõem ou se englobam.

Para Louro (2014 p. 31) “[...] o que importa aqui considerar é que – tanto na dinâmica do gênero como na dinâmica da sexualidade – as identidades são sempre construídas, elas não são dadas ou acabadas num determinado momento”, e seguindo as ideias de Foucault (1999) sobre sexualidade enquanto ‘invenção social’ perpassa por diferentes discursos que regulam, que normalizam, que instauram saberes, que produzem verdades. O papel das instituições sociais é regulamentar corpos teoricamente potentes, em corpos verdadeiramente eficientes, cujos desejos devem ser tolhidos em função de uma produtividade passiva.

A escola servirá como “remédio” poderoso na construção dessa docilidade, dessa passividade mórbida, que torna a exclusão, a discriminação ou a omissão algo natural. E é justamente essa naturalização que Butler (2018), Louro (2014), Foucault (1999) entre outros questionam: uma educação pautada em normas, currículos e materiais didáticos que aprisiona o sujeito em uma ‘caixinha politicamente correta’, que destitui este ser da sua sexualidade, desvinculando corpo e mente, razão e emoção.

Que produzem “verdades” sobre os corpos, seus desejos e prazeres. Mas, que verdades são estas que privilegiam e legitimam alguns e excluem e oprimem outros – muitos outros. Segundo Foucault “tratava-se de ver de que maneira, nas sociedades ocidentais modernas constitui-se uma ‘experiência’ tal, que os indivíduos são levados a reconhecerem-se como sujeitos de uma sexualidade que abre para os campos de conhecimentos bastante diversos, e que se articula num sistema de regras e coerções (Foucault, 1988).

Após um longo percurso de indagações e controvérsias quanto ao termo e sua abrangência a sexualidade na atualidade é compreendida além dos aspectos físicos, encontra-se imbuída do sexo, gênero, identidades, orientação sexual, ligação emocional, amor e erotismo. Dinâmica universal do comportamento e realidade do ser humano, e que ocorre durante toda sua existência. Segundo o relatório de 2002 da Organização Mundial da Saúde (OMS), intitulado: *Defining Sexual health, human rights and the law*:

É expressa por meio de pensamentos, fantasias, desejos, crenças atitudes, valores, comportamentos, práticas, papéis e relacionamentos. Embora a sexualidade possa incluir todas essas dimensões, nem sempre todas elas são vividas ou expressas. A sexualidade é influenciada pela interação de fatores biológicos, psicológicos, sociais, econômicos, políticos, culturais, jurídicos, históricos, religiosos e espirituais. (Diehl; Vieira, 2017, p. 29)

As dimensões elencadas nesse documento equalizam a sua abrangência e importância para a vida, quando devidamente vivenciada podem intensificar o desenvolvimento pessoal,

social e emocional, fortalecendo parcerias e melhorando a convivência e as relações interpessoais. A sexualidade pode ser uma experiência bastante recompensadora. Entretanto, por se tratar de um tema sensível e impregnado de preconceitos e tabus, suas dimensões são internamente reprimidas pelo indivíduo ou externamente pela sociedade. Para tanto, faz-se necessário enveredar por outros caminhos, além de aprender com as experiências, resgatar o que foi construído historicamente quanto a sexualidade e o que foi propositalmente imposto enquanto gênero, sexo, papéis e identidades. “Seja no âmbito do senso comum, seja revestido por uma linguagem científica, a distinção biológica, ou melhor, a distinção sexual, serve para compreender e justificar a desigualdade social.” (Louro, 2014, p.24)

A noção de gênero desvinculado do sexo é uma teorização recente. Até metade do século XX, o termo “sexo” não existia, em se tratando do significado conceitual a palavra só faz sentido quando analisada em seu contexto histórico, compreender essas perspectivas é um grande desafio, até mesmo para os estudiosos da área. Análise das diversas fases de estudos, rupturas e críticas a teoria nos fornece elementos para compreender os mecanismos pelos quais gênero atua na sociedade, produzindo corpos sexuados diferenciados em status e características. Louro afirma, “Para que se compreenda o lugar que as relações de homens e mulheres numa sociedade importa observar não exatamente seu sexo, mas sim tudo que socialmente se construiu sobre os sexos.” (2014, p.25).

1.1 JUSTIFICATIVA

Problematizar essa temática com crianças, adolescentes, famílias, acadêmicos/acadêmicas, educadores e educadoras implica em buscar aliados e aliadas para enfrentar tantos desafios da educação para a sexualidade saudável e para as relações de gênero.

Muitas situações me vêm à mente, muitas vidas entrelaçadas em um mesmo caminho, mas nunca no mesmo caminhar, é assim que me sinto ao buscar compreender e explicar sobre o tema gênero e sexualidade. Muitas inquietações perpassaram a minha história enquanto educadora, porém nem sempre contribuíram com o meu ‘ser feliz’; como diria Pessoa (2006), é preciso ser de vez em quando infeliz, para se poder ser natural...” o que seria natural para um professor...

Essa indagação me leva a percorrer os recôncavos da minha experiência educativa, que se inicia a vinte três anos atrás, quando ainda trabalhava com Ensino Fundamental I e os meus alunos da quarta série disfarçadamente me perguntavam sobre alguns temas de sexualidade: o que é a virgindade, masturbação, namoro, muitas vezes usando expressões do tipo ‘tia namorar

é bom? Minha mãe disse que eu só posso namorar com 15 anos, mas eu já beijei na boca, eu não sou mais virgem porque eu fiz isso? ' Quando nascia um irmãozinho era uma 'festa' todos queriam saber como nascem os bebês? Enfim, isso é o natural na vida do educador.

E nesses momentos eu me questionava, qual o papel da escola? Qual o papel do educador diante de perguntas tão sensíveis? Nem sempre o apoio dos colegas e equipe gestora são suficientes para elucidar qual caminho seguir - afinal muitos destes estão presos a suas próprias divagações. Dessa forma busquei me especializar, participar de capacitações, identificar na literatura uma forma acessível de abordar o tema, chegando, inclusive, a cursar Psicanálise. Nascia, portanto, a semente da investigação, do querer aprender sempre mais a respeito da sexualidade humana, não apenas o aparelho reprodutor, mas o que envolve todo o aparato social, psicológico, enfim, todas as emoções, todas as sensações que a sexualidade provoca.

No embalo das palavras de Pessoa (1969) “Segue o teu destino, rega as tuas plantas, ama as tuas rosas. O resto é a sombra de árvores alheias”, as sementes foram germinando noutros espaços educativos, com outras roupagens, mas sem perder a essência. Tendo em vista que após catorze anos trabalhando com turmas do Ensino Médio, com jovens do interior de Pernambuco, da classe popular pude perceber o quão distante eles estavam das informações sobre sexualidade e o quanto de percepções e informações distorcidas estão arraigadas na mente desses jovens. “A sexualidade é uma elaboração social que opera dentro dos campos do poder, e não simplesmente um conjunto de estímulos biológicos que encontram ou não uma liberação direta.” (Giddens, 1993 p. 33).

No decorrer desse período, pude constatar que valores construídos ao longo da história de cada estudante fazem parte dos discursos e das subjetividades traduzidos em ações preconceituosas, discriminatórias e muitas vezes homofóbicas. Comportamentos estes que passam despercebidos por muitos, mas que para alguns são agressões veladas, dolorosamente sentidas em corpos marcados socialmente.

Pude observar também que o enfrentamento das questões postas acima requer reflexões e práticas que devam ser tratadas no âmbito das políticas educacionais, já que se trata de questões que atravessam a nossa história e abrange todos os segmentos sociais.

É importante salientar que nas relações estabelecidas no interior das instituições escolares não encontramos apenas discursos formalizados e formadores de opiniões, mas também vivências diversas que apresentam dores e amores, em graus variados. Em pleno século XXI, educadores e educandos ainda se chocam com as diversidades, ainda se utilizam de expressões carregadas de violências de gênero, religiosas, de raça etc. Numa sociedade dita igualitária

ainda são extremamente significativas as formas de exclusão e segregação, disfarçadas por moralismos, regras e exigências que se distanciam das reais necessidades humanas.

É significativo trazer à tona que o interesse, enquanto professora de sociologia do Ensino Médio, pelo tema em análise neste trabalho investigativo vai muito além de tratar de temas relevantes à Sociologia ou à formação intelectual, buscamos compreender o quanto essas informações afetam a vida social.

Nos últimos tempos sabemos que o tema gênero está à mercê de análises ou já se tornaram ações cotidianas dos espaços públicos. Porém, esse envolvimento não se constitui como ações suficientes para disseminar ou amenizar práticas perversas de discriminação e preconceito.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, na segunda edição do estudo “Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil” (IBGE, 2019), traz informações significativas para análise das condições de vida das mulheres no país. Dentre os muitos aspectos analisados podemos destacar algumas dicotomias: os dados da PNAD 2019, relativos à frequência escolar, indicam que essa situação de maior instrução das mulheres em relação aos homens continua a se reproduzir no sistema de ensino brasileiro embora de forma desigual entre mulheres pretas e pardas, ainda que nos anos iniciais os dois sexos registraram a mesma taxa (95,8%), diferença que vai se alargando até atingir seu ponto máximo no ensino superior – em que as mulheres registraram uma taxa de 29,7%, contra 21,5% dos homens. Porém, apesar de maior instrução, as mesmas ocupam em menor número as vagas dos docentes do ensino superior, têm menor inserção no mercado de trabalho e na vida pública em geral, e remuneração inferiores aos homens, em 2019, as mulheres receberam 77,7% ou pouco mais de $\frac{3}{4}$ do rendimento dos homens.

É notório que alguns espaços escolares se tornam muito significativos para os estudantes, por ser espaço de diálogo e reflexões sociais de aproximação da vida estudantil a vida cotidiana e esse espaço pode ser percebido nas aulas de sociologia há uma aproximação do que está distante enquanto conhecimento sistematizado e que foi construído durante a história da humanidade, a vida diária.

Perceber a relevância do tema em pauta instiga à investigação, a entender porque algo tão significativo para os estudantes do Ensino Médio, pode ser deixado de lado, se os instrumentos disponibilizados, não suscitarem possibilidades de discussão, tendo em vista que a escola pode constituir-se num espaço formativo de transformação social.

Nessa direção, a presente pesquisa busca responder as seguintes perguntas: Como os livros do ensino de Sociologia, distribuídos pelo PLND de 2021, tratam os temas de Gênero e Sexualidade, considerando os impactos provocados pelas reformas educacionais da BNCC e do Novo Ensino Médio, na perspectiva dos itinerários formativos? É relevante essa abordagem para os estudantes do Novo Ensino Médio? O material teórico-conceitual dos livros didáticos de Sociologia são suficientes para tratar os temas de gênero e sexualidade, no sentido de enfrentar os impactos dos dados apontados nas estatísticas quanto à discriminação, à violência material e simbólica e à inserção no mercado de trabalho? É importante considerar que o livro didático se configura, em muitos casos, como o principal material de pesquisa disponível para os estudantes das Escolas de Referência em Ensino Médio (EREMs) o Agreste, Pernambucano.

1.2. OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Identificar e problematizar os impactos das reformas educacionais da BNCC e do Novo Ensino Médio nas propostas teórico-metodológicas dos livros didáticos de Sociologia PNLN 2021, priorizando como pauta as temáticas Gênero e Sexualidade.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Constatar a importância do tema Gênero e Sexualidade para a formação interdimensional dos jovens e a relevância desta abordagem nos livros didáticos de Sociologia;
- Analisar como o tema Gênero e Sexualidade foram abordados nos livros didáticos de Sociologia do PNLN 2021, tendo vista as reformas educacionais;
- Propor sugestões para aprimorar a inclusão da interseccionalidade nos livros didáticos;
- Investigar a importância desses temas para os alunos do Ensino Médio (Pesquisa Descritiva).

1.3 QUESTÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA PESQUISA

No percurso metodológico que foi adotado neste trabalho dissertativo, a análise dos livros didáticos de Sociologia, utilizados pelos lunos do Ensino Médio, em três municípios do Agreste Pernambucano, foi uma base importante para se chegar ao objetivo proposto. O trabalho investigativo realizado abrangeu sete escolas, sendo quatro no município de Pesqueira, uma no município de Poção e duas no município de Sanharó.

O estudo foi realizado a partir do levantamento das produções no período de 2015 a 2021, pois nesse período aconteceram duas reformas significativas, uma em 2017 com o Decreto número 9099 de 18 de julho de 2017, alterando a avaliação, a distribuição e os conteúdos propostos; e a outra ocorreu a partir de 2019 a 2021, onde foi elaborado e produzido livros didáticos de acordo com a BNCC e o Novo Ensino Médio, destacados no quadro 1.

Sendo assim, o interesse por tal tipo de pesquisa decorre da contribuição ao pesquisador na identificação do conhecimento produzido e elaborado em determinada área, bem como para apontar quais os aspectos têm sido mais relevantes e mais abordados no âmbito das produções acadêmicas. (Ferreira, 2002).

Tabela 1 - Títulos dos livros e editora de cada escola utilizados neste estudo.

Escola	Município	Título do Livro	Editora	Sigla
1	Poção	Livro Diálogo: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Editora Moderna	LDCH1
2	Sanharó	Livro Diálogos	Editora Ática	LDCH3
3	Sanharó	Livro Diálogo: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Editora Moderna	LDCH1
4	Pesqueira	Livro Diálogos em Ciências Humanas	Editora Ática	LDCH3
5	Pesqueira	Livro Contexto e Ação	Editora SCIPIONE	LDCH4
6	Pesqueira	Livro Prisma: Ciências Humanas	Editora FTD	LDCH2
7	Pesqueira	Livro Prisma: Ciências Humanas	Editora FTD	LDCH2

Na Tabela 1 podemos observar os títulos dos livros e editora de cada escola utilizados neste estudo, e as siglas que foram usadas no decorrer do texto, ajudam a compreender a dinâmica da exposição.

Nesta parte do estudo, apresentamos o método que foi desenvolvido para o alcance dos objetivos desta pesquisa. O trabalho perpassa por diferentes caminhos, dentre eles: pesquisa bibliográfica para aprofundamento e compreensão teórica, cuja finalidade principal é estabelecer parâmetros do percurso constituído sobre o tema Gênero e Sexualidade, bem como, a sua importância no desenvolvimento humano numa perspectiva sociológica.

A metodologia tem conotação não apenas no conjunto de técnicas a serem utilizadas na investigação, pois ela se delinea nos limites da compreensão da complexidade do processo de pesquisa. Nesse sentido deve-se considerar as percepções teóricas de abordagem, o conjunto de procedimentos que possibilitam a compreensão da realidade, como também as potencialidades criativas e investigativas do pesquisador (Minayo, 1993).

Adotamos o conjunto de regras da técnica da Análise de Conteúdo (Bardin, 1977) para organizar os resultados por temática a fim de identificar núcleos de sentido significativos que nos auxiliem na compreensão do objeto para além da mera descrição dos fatos, mas sim a partir da finalidade da análise de conteúdo, qual seja a efetividade da inferência e da interpretação do conteúdo presente nas mensagens. Elegemos três descritores: gênero e sexualidade, livro didático de Sociologia, Base Nacional Curricular Comum – BNCC.

Organizamos a análise a partir de três etapas: a) pré-análise: consistiu no levantamento, seleção e organização de todas as pesquisas identificadas e publicadas no site do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia IBICT, na sua biblioteca digital brasileira de teses e dissertações, com período definidos; b) exploração do material: exploramos o material que compõe o corpus documental deste levantamento e procedemos à codificação dos dados e construção dos núcleos de sentido; por último, c) tratamento dos dados, inferência e interpretação: procedemos ao tratamento dos dados e elaboração de inferências, identificando os objetos de pesquisa, as abordagens teórico-metodológicas, resultados, aproximações e/ou distanciamentos das pesquisas acadêmicas com o nosso objeto de estudo.

Esta dissertação buscou conhecer, descrever e interpretar o que ocorre na realidade sem nela interferir. Foi investigado como o tema gênero e sexualidade vem sendo tratado nos livros didáticos do PNL D 2021 que corresponde a uma política pública federal enquanto oferta gratuita de obras didáticas, pedagógicas e literárias através de análise observaremos a abordagem das categorias e a relevância do tema na construção de sentido das vivências sociais dos estudantes do Ensino Médio. Nessa perspectiva iremos realizar a pesquisa documental enquanto fonte primária de dados, abrangendo todas as informações já tornadas públicas em relação à política educacional nacional, principalmente no que diz respeito às Reforma do Novo Ensino Médio e a Base nacional Curricular Comum – BNCC.

Para as análises produzidas nesses conteúdos e categorias a metodologia perpassou, por uma abordagem qualitativa, dispondo do método da análise de conteúdo com ênfase na utilização do arcabouço teórico de gênero e sexualidade; principalmente no que diz respeito a implementação de trabalhos relacionados com a essa temática nos livros didáticos, quais informações importantes e o significado das percepções que os autores trazem para esses contextos, “Atividade básica das ciências na sua indagação e descoberta da realidade. É uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente. É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados” (Minayo, 1993, p.23).

Compreender os conteúdos que circundam o tema na perspectiva das Ciências Sociais nos leva a fenomenologia, ou seja, o que faz sentido para o sujeito da pesquisa não apenas dentro do fenômeno de causa e efeito, mas, os discursos que ali se sobressaem, qualitativamente em valor e significados. Algumas teorias cercam essa abordagem: as teorias das representações sociais e da ação social.

O trabalho em questão buscou subsídios na teoria da ação social cuja proposta possibilitou averiguar o que os indivíduos elaboram sobre determinados temas em contextos distintos. E foi através desta análise sociológica e das suas categorias e percepções que auxiliaram o desenvolver da pesquisa, cujas indagações nos levou a diferentes caminhos, que através da habilidade do pesquisador em tratar as informações e conhecimentos observados atribuiu significados a pesquisa. “Questionamento sistemático crítico e criativo, mais a intervenção competente na realidade, ou o diálogo crítico permanente com a realidade em sentido teórico e prático” (Demo, 1996, p.34).

A última etapa desse estudo foi realizar uma pesquisa descritiva. Segundo Gil (2008) a pesquisa descritiva tem como objetivo, descrever as características de uma população ou fenômeno de uma determinada realidade. E uma das suas principais características se dá através da coleta de dados, tais como questionários e observação sistemática. Sendo assim, foi realizado uma pesquisa na EREM do município de Poção-PE, com três turmas de alunos do segundo ano do Ensino Médio.

A primeira parte foi desenvolver as perguntas a serem aplicadas aos alunos, com base nos livros de Sociologia utilizados por eles. A segunda etapa, foi a coleta dos dados, realizada de forma remota, por meio de um formulário online, criado com auxílio do software colaborativo *Google Forms*. O formulário consistiu em seis perguntas objetivas às quais os estudantes puderam responder de acordo com os livros didáticos que são utilizados por eles na disciplina de Sociologia. A escolha da coleta de dados por meio do formulário online foi feita levando em consideração a praticidade na organização dos dados, pois o *Google Forms* faz a computação das respostas e as converte em dados quantitativos. A escolha desta escola se justifica pelo pertencimento, tendo em vista que faço parte do quadro docente a 15 anos e destes 10 anos ministro a disciplina de Sociologia.

1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A presente dissertação está estruturada da seguinte forma: no Capítulo 2, apresenta-se uma breve fundamentação teórica sobre as reformas educacionais da BNCC, o Novo Ensino Médio, sua relação com as Ciências Sociais e como alguns autores tratam esses temas dentro desta nova reforma curricular.

No Capítulo 3, faz-se inferência dentro da Sociologia, aos temas Gênero e Sexualidade, buscando inserir uma visão interseccional as categorias sociológicas, que separadas nos favorece uma compreensão relevante, mas micro e juntas a sua abrangência permitem diferentes enfoques de uma significância extraordinária.

Quanto ao Capítulo 4, trata-se da análise dos livros didáticos PNLD/2021 de Ciências Humanas e Sociais, como os temas Gênero e Sexualidade, vem sendo abordados como conteúdo dos livros. O Capítulo 4 traz algumas sugestões sobre como esses temas poderiam ser apresentados dentro da sala de aula, diante do cenário estudado, e do que se vive no dia a dia e uma pesquisa descritiva, desenvolvida em uma das escolas de estudo desta pesquisa.

O trabalho proposto é analisar os livros didáticos PNLD 2021 de Ciências humanas e Sociais Aplicadas a partir de um bloco de categorias sociológicas, de imagens e textos mais

representativos e reflexivos no que tange os temas gêneros e sexualidade enquanto abordagem macro e categorias micro como estereótipos, identidade de gênero, relações de poder e as interseccionalidade – gênero, raça e classe social. Motta (2017: p. 193) afirma que “[...] categorias relacionais mais determinantes, e analiticamente valiosas, referendem-se quase todas ao biosocial: o sexo, a idade e a cor estão inscritos no corpo e na cultura com gênero, geração e etnia.

”

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesse capítulo, aborda-se uma breve fundamentação teórica sobre a trajetória da BNCC, o Novo Ensino Médio e os impactos da reforma curricular em relação as Ciências Sociais e sua abordagem no âmbito escolar. Discute-se também a Sociologia e suas abordagens sobre Gênero, Sexualidade e interseccionalidade no contexto das reformas educacionais

2.1 MAPEANDO A HISTÓRIA DA BNCC, DO NOVO ENSINO MÉDIO (NEM) E OS IMPACTOS DA REFORMA CURRICULAR NAS CIÊNCIAS SOCIAIS

A Educação desempenha ou deveria desempenhar um papel fundamental na formação de cidadãos conscientes e críticos. Como tal, é essencial que os currículos escolares se adaptem às mudanças sociais e promovam uma educação inclusiva e equitativa para todos os estudantes. Sendo assim, um aspecto relevante nesse processo é o ensino sobre Gênero e Sexualidade, temáticas que têm sido discutidas como temas transversais nos currículos escolares, através dos documentos oficiais norteadores do fazer pedagógico. Mas que carregam em sua trajetória organizacional diferentes posturas e ideias acerca da educação e do cidadão ao qual se propõe formar.

Documentos norteadores da educação básica tais como os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs que visam organizar os currículos escolares em todo território nacional unificando os saberes necessários em cada etapa do Ensino Básico e que estão dispostos por áreas do conhecimento, e cada uma dessas áreas conta com um documento específico composto por uma proposta detalhada em objetivos, conteúdos, avaliação e orientações didáticas, trazem também proposta de trabalho quanto a sexualidade, numa perspectiva além corpo biológico.

Elaborado no finalzinho dos anos 90 os PCNs instituíram enquanto proposta curricular os Temas Transversais, frente à necessidade de tratar temas emergentes e também temas que carregam em seu bojo um certo distanciamento dos saberes escolares, mas que estão muito próximos da vivência e inquietações humanas. Dentre outras perspectivas o caderno intitulado “Orientação Sexual” aponta que a finalidade do trabalho é contribuir para que os estudantes possam exercer sua sexualidade com prazer e responsabilidade, e que ao concluírem o Ensino Médio tenham se apropriado de condutas respeitosas a diversidade, valores e crenças e toda forma de expressão relativas à sexualidade; identificar e ressignificar tabus referentes à sexualidade; compreender que os papéis atribuídas ao masculino e feminino são construções sociais

que carregam em seu bojo discriminação e opressão; proteger-se de relacionamentos sexuais coercitivos, exploradores e ou abusivos; adotar práticas de sexo seguro.

Numa visão ampla e consciente da relevância do tema para o desenvolvimento humano, o documento sugere conteúdos referentes à sexualidade, não como prescrições de normas de conduta, mas sim com circulação de ideias e opiniões baseadas no respeito mútuo destacando a importância das discussões sobre as emoções envolvidas na sexualidade, e informações que objetivam combater toda forma de preconceito, com o intuito de diminuir a vulnerabilidade, incertezas e angústias dos jovens estudantes.

Enquanto os PCNs propõem uma organização curricular as DCN (Brasil, 2013) constituem um documento de caráter normativo, homologadas pelo parecer do Conselho Nacional de Educação em 2010, com o objetivo de estabelecer bases comuns nacionais para a Educação Básica. Elas trazem orientações explícitas de como deve ser pensada e conduzida a educação.

O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) é responsável por selecionar e distribuir os livros didáticos para as escolas públicas do Brasil. A cada ano, o PNLD analisa e avalia os materiais disponíveis no mercado, selecionando aqueles que atendem aos critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação.

Os livros didáticos desempenham um papel fundamental na educação, indo além da mera transmissão de informação. Eles são ferramentas poderosas para moldar a maneira como os alunos percebem o mundo, desenvolvem valores e suas atitudes de compreender questões sociais complexas, como Gênero e Sexualidade.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) representa um marco significativo na educação brasileira. Sua trajetória abrange diversas áreas da educação nos níveis fundamental e médio, marcando uma transformação profunda na maneira como o currículo escolar é concebido e implementado em todo o país. Ela foi instituída como uma política nacional no ano de 2017.

A trajetória da BNCC compreende diversas áreas da educação, como Linguagens, Matemática, Ciências Humanas, Ciências da Natureza e Ensino Religioso. Em cada uma dessas áreas, são estabelecidos os conhecimentos, habilidades e competências que os estudantes devem desenvolver ao longo de sua formação básica.

Algumas vezes levantam questionamentos sobre possíveis retrocessos na formação dos estudantes, especialmente no que se refere a disciplinas específicas que não estariam contempladas de forma adequada na BNCC e com isso vem a preocupação se as mudanças propostas terão impacto significativo na melhoria da qualidade da educação.

As preocupações que prevalecem nos que pensam os currículos e nos autores dos documentos oficiais e de orientação teórica metodológica, ainda são demasiadamente esvaziados de

significados, relacionadas às abstrações conceituais, com pouca ou nenhuma transformação que permita que o conhecimento científico acumulado pelas Ciências Sociais se faça conhecimento escolar significativo para uma educação emancipadora. Dessa forma pensar a categoria BNCC e reformas educativas nos proporciona perceber que modelo de sociedade se almeja, se de fato ela está adequada com as demandas e realidades dos estudantes brasileiros, considerando as diferenças regionais, culturais e socioeconômicas.

Existem várias dúvidas se a nova BNCC não sobrecarrega o currículo escolar, diminuindo a flexibilidade para trabalhar conteúdo específicos e extracurriculares, além de demandar mais tempo dos professores e dos estudantes e sobre a capacidade dos sistemas de ensino de implementar efetivamente a BNCC, considerando a infraestrutura disponível, a capacitação dos professores e a disponibilidade de recursos adequados (Morenza, 2016).

Britto (2020) analisou a produção dos principais Intelectuais Orgânicos da BNCC que sustentam teórica e ideologicamente as proposições adotadas pelo documento. Constatou-se, que revestida em um “novo” paradigma, a BNCC traduz a psicologização necessária para a sobrevivência no mundo moderno do século XXI. Os conceitos empregados não são aleatórios, pelo contrário, remetem a uma educação globalizante que reforça o processo de formação humana almejado na atual forma de sociabilidade do capital, ao mesmo tempo que corrobora no processo de ajuste estruturante do capital.

Gomes (2019) analisou a BNCC-EM (2018), no âmbito da Reforma do Ensino Médio (Lei no 13.415/2017), aprovada no contexto reformista do governo pós-impeachment (2016), e suas repercussões, na relação com a história curricular do ensino médio brasileiro.

Segundo Gomes (2019) o texto da BNCC, no contexto da Reforma (2017), provoca um esvaziamento do currículo obrigatório do ensino médio e institui itinerários formativos que o fragmentam. Os reformadores do Estado redimensionaram a legislação educacional brasileira para recepcionar uma BNCC que acentua a dualidade curricular estrutural do ensino médio e, conseqüentemente, mantém a distinção entre escolas para a classe trabalhadora e para a classe dominante no País. Essa política pública alinha-se aos interesses do capital financeiro privado e impõem ao ensino médio uma lógica formativa aligeirada, direcionando a preparação de mão de obra para atender as demandas momentâneas e pontuais do mercado de trabalho.

Rocha (2016) analisou o processo de elaboração do documento da BNCC, ressaltando a participação do contexto da prática da Rede Municipal de Ensino de João Pessoa/PB. O autor fez uma investigação a partir do Ciclo de Políticas de Stephen Ball e colaboradores. Analisando a conjuntura em que a política curricular foi iniciada e como os discursos políticos foram estabelecidos com base em suas influências no processo de elaboração da política. Além disso, consideramos os efeitos produzidos pela política e as questões colocadas no contexto da prática. No contexto das escolas, através dos discursos dos professores, observamos os conflitos e contestação existentes que nos possibilitaram compreender a maneira como a política é percebida e interpretada por esses atores.

Sousa et al. (2023) analisaram o ensino da educação financeira em uma das unidades de ensino do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC) comparando o que de fato é ensinado e a relação com a BNCC. Foi observado que a prática de educação financeira ainda não foi implementada de forma explícita segundo a BNCC, ou seja, não se verificaram ações ou atividades de ensino que caracterizassem alguma forma de integração curricular através da interdisciplinaridade, o que acaba acarretando prejuízos na formação dos alunos.

Segundo Santos et al. (2021) as discussões sobre os documentos curriculares oficiais sempre estiveram presentes na Educação Brasileira, tendo como preocupações o ensinar e aprender. Atualmente houve a ampliação de uma nova proposta curricular para a Educação Básica por meio da implementação da BNCC. Diante do que foi analisado pelos autores, essa implementação deste novo currículo ainda tem deixado a desejar, pois existe a necessidade de um currículo que se potencialize de fato as questões que formem um indivíduo não apenas para o mercado de trabalho, mais para a vida como um todo.

Um estudo comparativo entre a BNCC e o Referencial Curricular Gaúcho realizado por Freitas e Silva (2023) apontou as limitações da BNCC a nível tanto nacional como local. Os autores concluíram que a BNCC não subsidia a construção de um currículo como uma base, que se propõe a fazer. Ela é, por si só, um currículo a ser desenvolvido em todo o País. E isso ocorre pela forte classificação que ela apresenta em relação aos conteúdos e ao fraco enquadramento dado a cada um deles.

A educação na perspectiva oficial tem como objetivo principal promover a formação dos indivíduos de acordo com os valores, necessidades e interesses da sociedade institucionalizada (Pykocz e Benites, 2023), em uma análise dos documentos oficiais os autores destacaram que a BNCC, que atualmente orienta a reformulação dos currículos em todo o Brasil, assenta-se em uma concepção de realidade anistórica impulsionada pelo desenvolvimento científico-tecnológico.

As mudanças pautadas no âmbito educativo a partir das diretrizes elencadas na BNCC, a Lei da Reforma do Novo Ensino Médio e os Itinerários Formativos incidem diretamente no próprio significado do ensino das Ciências Sociais. As proposições não modificaram apenas aspectos da composição curricular com a supressão ou inserção de alguns elementos ou conteúdo. O que está imbricado nas reformas vai além de meros detalhes teóricos- metodológicos, mas implica diretamente, perspectivas mercadológicas na formação dos jovens.

Segundo Birkner (2023) a ciência deve descobrir coisas, interpretá-las e trazer explicações, sendo útil a sociedade como um todo, contribuindo para seu desenvolvimento pessoal e coletivo. O autor trata a Sociologia como a ciência que surge com ideia de compreender os fenômenos sociais, sobretudo as mudanças, os avanços, mas também os problemas sociais de cada época e lugar. Porém sempre houve os desafios em relação a esta ciência, ela vem se debatendo com problemas de instabilidade social e dentro dele, a desigualdade social, que se tornou bastante evidente a partir da Revolução Industrial.

Fica evidente nas palavras de Romanelli (2005), ao analisar as reformas curriculares no Brasil, que a economia interfere na evolução da organização do ensino, já que o sistema econômico pode ou não criar uma demanda de recursos humanos que deve ser preparado pela escola. É a educação e a organização dos seus currículos que irão direcionar os jovens para o âmbito social - quer para as universidades, quer para o mercado de trabalho – Mas a pergunta é: que jovens serão estes, que posturas serão adotadas por esses indivíduos?

Os embates encontram-se em questionamentos significativos, sobre o que se ensina e a quem irá servir esse ensino. Sobre essa questão, Moreira (2006, p. 7) afirma:

“Penso que a discussão sobre o que precisamos ensinar a quem, na escola, sempre demanda novas análises, novos ângulos, novas perspectivas. É uma discussão que precisa sempre se renovar, ainda mais que nossa escola tem tido dificuldade de decidir o que e como ensinar aos alunos de grupos sociais oprimidos. Fracasso e exclusão continuam a marcar nossa escola”.

Discutir a teorização e as propostas nos dá possibilidades de entender o que está pleiteando essas proposições, que caminhos estão sendo traçados.

O discurso presente nas reformas estabelece diretrizes para uma formação integral, interdimensional e autônoma, que propaga a ideia de um indivíduo capaz de assumir uma postura responsável e ativa diante das instabilidades e cobranças de um mundo capitalista, e ao mesmo tempo articular diversas informações para se posicionar e tomar decisões na vida pessoal e coletiva, bem como, ser resiliente diante das adversidades e empreendedor quanto aos seus objetivos de vida. Mas existe um distanciamento entre o idealizado (discurso) e o que está posto

e fomentado nas entrelinhas do documento. Afinal o fracasso e a exclusão alimentam a sociedade capitalista há séculos. “A autonomia que se espera do assalariado, que consiste em que ele dê ordens a si próprio, que ele ‘se autodiscipline’, não acontece sem um certo aumento do saber.” (Laval, 2004, p. 15) mas seria um saber controlado para fins estritamente mercadológico.

São inúmeros os desafios que as mudanças impõem a esfera educativa, e principalmente ao ensino das Ciências Sociais e mais especificamente a Sociologia, que merecem ser analisadas. Compreender currículo, analisar as novas perspectivas de organização dos conteúdos, entender as eliminações e supressão de conteúdos relevantes; nos instiga analisar o que está no embute dessas proposições que educação se almeja?

Pleiteamos uma educação emancipatória ou reiteramos a ‘Educação bancária’, questionada a décadas por Paulo Freire, Saviani e outros estudiosos do campo da educação. E claro não podemos esquecer quais instrumentos estão sendo utilizados para estes fins, visto que a escola não se constitui apenas de quadro e bancas, há todo um aparato que viabiliza e dá sustentação ao sistema. Dentre eles o livro didático, fruto do programa PNLD, que desde 2001 vem sendo disponibilizado pelo Ministério da Educação.

Os princípios estruturantes do Novo Ensino Médio adentram nas escolas através dos livros didáticos do PNLD 2021, que chegaram para a escolha de forma abrupta e inusitada, visto que muitos educadores, não tiveram tempo de digerir esse modelo de ensino. Observa-se, um grande descompasso entre os princípios pedagógicos e a prática da escola. A elaboração de materiais e a organização de cursos correm mais rapidamente do que a capacidade das pessoas de incorporá-los à prática cotidiana. (Moraes, 2008).

E após uma rápida observação surge um outro questionamento como os livros e os itinerários formativos irão dar conta do conhecimento das Ciências Sociais, de forma efetiva e eficaz dentro das especificidades epistemológicas de cada área. O que foi descartado ou omitido é relevante para a formação do indivíduo na sua integralidade?

Se o grande enfoque proposto na Base é a formação humana integral, suprimir as áreas das Ciências Sociais, eliminar temas sensíveis e contemporâneos, que fazem parte da existência humana e interferem diretamente na sua vivência social garantem essa integralidade? Produzir matérias que organizam esse ensino no país requer consciência política e ética “o livro didático é um material de forte influência na prática de ensino brasileira. É preciso que os professores estejam atentos à qualidade, à coerência e a eventuais restrições que apresentem em relação aos objetivos educacionais propostos.” (Brasil, 1997, p. 67).

As discussões acerca da construção sociocultural dos temas Gênero e Sexualidade tem ganhado centralidade no âmbito das pesquisas em educação em função, também, da centralidade que a temática tem adquirida fora dos espaços acadêmicos. Ao mesmo tempo que embates políticos conservadores e repressores tentam afastar o tema do chão da escola, jogando para debaixo do tapete, aspirações, desejos e sentimentos que permeia a ação humana.

O processo de institucionalização do ensino de Sociologia no Brasil já tem mais de um século. Todo esse percurso foi marcado por constantes reveses. Desde o final do século XIX e durante todo o século XX, a disciplina entrou e saiu muitas vezes de currículos das hoje chamadas escolas de Ensino Médio (Silva, 2010).

Havia uma série de interesses políticos e ideológicos e os destinos da disciplina margeavam essas questões. A última e brusca retirada foi motivada pela reforma educacional promovida pela ditadura civil-militar que governou o Brasil por 21 anos desde 1964 até 1985. Não apenas a Sociologia, mas outras disciplinas igualmente incômodas (Filosofia, por exemplo) foram banidas dos currículos e substituídas por disciplinas biônicas como Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira nas quais se fazia uma propaganda ideológica do regime civil-militar (Moraes, 2003).

Com o processo de democratização do país, iniciado em 1983 e consolidado em 1985, com a eleição de Tancredo Neves, outra vez iniciou-se o debate pela volta da Sociologia ao antigo segundo grau. Esse debate foi aprofundado com a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a lei de nº 9394/96. No campo legal, dispositivos como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN nº 9394/96, passaram por modificações para atender às novas exigências impostas pelas reformas educacionais mais recentes.

Podemos citar as alterações propostas pela Lei Federal nº 13415/2017, comumente conhecida como a Reforma do Novo Ensino, que estabeleceu mudanças na estrutura da etapa final da educação - o Ensino Médio, definindo novas diretrizes para a esta etapa, tais como a ampliação da carga horária de 800 para 1000 horas anuais, até 2022, e a organização e flexibilização curricular com a criação dos itinerários formativos.

Assim como outras políticas públicas, a trajetória da política do livro didático se relaciona com o movimento político, social, econômico e cultural em determinado momento histórico do país. A ampliação do atendimento do PNLD em todas as suas nuances, etapas, séries, componentes curriculares e regiões, acompanha esse movimento. As mudanças ocasionadas pela legislação mencionada anteriormente, sobretudo a relacionada ao currículo, repercutem diretamente na execução de programas, como PNLD, e trazem impactos significativos.

Conjecturar acerca de uma Educação de qualidade, emancipatória e reflexiva requer pensar em uma educação multidimensional cujas potencialidades individuais e coletivas sejam aprimoradas e o desenvolvimento cognitivo passe a ser apenas mais uma das inúmeras aprendizagens então ressaltadas. É no campo das Ciências Humanas e Sociais que temáticas como sociedade, cultura, trabalho se fazem presentes e que contribuem para pensarmos a formação de jovens.... Temáticas outras como gênero e sexualidade são suscitadas em função do movimento da sociedade e estabelecem diálogos entre as teorias sociológicas possibilitando a construção de conhecimentos coletivos.

2.2 A SOCIOLOGIA E SUAS ABORDAGENS SOBRE GÊNERO, SEXUALIDADE E INTERSECCIONALIDADE NO CONTEXTO DAS REFORMAS EDUCACIONAIS

A Sociologia, pode ser considerada uma Ciência Social que busca compreender e explicar as relações humanas e os diversos fenômenos sociais que ocorrem na sociedade. A Sociologia é uma área importante do conhecimento humano, uma vez que contribui para a compreensão dos problemas e desafios que são enfrentados em nossa vida em sociedade. Ela nos fornece ferramentas conceituais e metodológicas para analisar e interpretar dados e comportamentos sociais, permitindo-nos identificar padrões e tendências que muitas vezes passam despercebidos.

Dessa forma, a Sociologia contribui para uma maior compreensão dos problemas sociais, tais como as desigualdades sociais, econômicas, políticas, educacionais etc., os diversos tipos de violência, os problemas relacionados a questão de gênero, sexualidade, entre outros. Além disso, a Sociologia também desempenha um papel crucial na criação de políticas públicas e no desenvolvimento de estratégias de intervenção social (Pires, 2019).

A justificativa para a emergência e inserção da Sociologia na vida acadêmica e no universo educacional está ligada à necessidade de compreendermos a complexidade da sociedade em que vivemos. A Sociologia nos ajuda a questionar as estruturas e instituições sociais, bem como os valores e normas que perpetuam desigualdades e injustiças. Sendo assim, a ideia deste estudo, foi analisar os livros didáticos de Sociologia, levando em conta a contribuição que eles estão trazendo na vida dos alunos, sobre os temas gênero e sexualidade.

Silva (2018) analisou os livros didáticos de Sociologia (LDSs) aprovados no PNLD 2018, com o intuito de compreender como as questões de gênero são abordadas e relacionadas com teorias e conceitos sociológicos mobilizados na disciplina de Sociologia, em especial nos conteúdos referentes à família, trabalho e Estado. As análises dos LDSs, no conteúdo de forma

geral identificaram avanços nas discussões referentes a categorias de gênero (classe, sexualidade, etnia-raça, religião, orientação sexual etc.), porém nos capítulos analisados nesta pesquisa, (família, trabalho e Estado), o conceito de gênero, precisaria ser mobilizado de forma analítica.

Duarte (2015) buscou compreender como a escola pública vem se constituindo enquanto instituição do fracasso para diversidade sexual e de gênero. O autor observou que as categorias de gênero aparecem, portanto, de forma ampla e confusa, calcadas enquanto noções fixas e estáveis persistindo cerca “ingenuidade” em sua definição. As que ficaram mais claras, para quem respondeu, foram as de Travesti e de Transexual.

Cruz (2017) propõe uma reflexão acerca da discussão das questões de gênero e de seus desdobramentos no currículo do Ensino Médio, com enfoque na disciplina de Sociologia. O trabalho foi dividido em três núcleos: Currículo sob a ótica da diversidade, da inclusão e dos direitos Humanos; Relevância dos Estudos de Gênero no Ensino Médio; Questões de Gênero e Sexualidade sob a ótica das/dos Estudantes das Escolas Públicas de Londrina e de Rolândia. O autor observou que as respostas das/os estudantes nos propiciaram pistas pedagógicas que evidenciam a necessidade de aprofundarmos os conhecimentos sobre as questões de gênero na formação inicial e continuada de professoras/es da Educação Básica e do Ensino Superior, mesmo em um contexto em que poucos espaços curriculares estão destinados à tais conteúdos e abordagens nos materiais didáticos de Sociologia e nos documentos oficiais.

As pesquisas sobre gênero apontam uma dicotomia entre a necessidade do debate e as práticas existentes no chão da escola, buscar entendê-las irá favorecer a compreensão das políticas públicas e relações de poder que fundamentam os currículos ao longo da história educacional do país, principalmente no que diz respeito ao espaço sociológico, conhecimento este que durante a sua história educativa perpassou por idas e vindas dentro dos currículos do ensino médio, e cuja intermitência afeta nitidamente o seu valor enquanto ciência, e suas contribuições para a sociedade.

A finalidade não é uma reflexão total do que os documentos e publicações científicas propuseram nos últimos anos quanto ao ensino de Sociologia, especificamente da temática elencada, mas um recorte sobre o que o ensino de Sociologia vem delineando, nos últimos seis anos e como propõe em termos de debate as relações de gênero no Brasil, a partir das reformas dos documentos reguladores oficiais e conseqüentemente nos livros didáticos no PNLD.

Marpica (2018) utilizou dados quantitativos e qualitativos, baseados em entrevistas com onze professores e dez professoras, em cargos efetivos de Sociologia no ensino médio da rede estadual paulista. O autor ele buscou analisar a trajetória da disciplina de Sociologia, desde de 2008, até a nova reforma do Ensino médio em 2017. Os resultados mostram um cenário de equilíbrio numérico entre professores e professoras no quadro docente, um traço de sua singularidade.

Sua incorporação recente ao currículo obrigatório se desdobra em ausência de referências comuns e condições de trabalho mais frágeis, com grande acúmulo de atividades e menores médias salariais. Entre ser uma escolha e uma possibilidade, as Ciências Sociais, como formação voltada à compreensão do mundo social, e a docência, como alternativa de inserção profissional, atraem professores e professoras com origem na classe trabalhadora, cujas biografias são permeadas pelas artes e pelo universo político, que se deslocam aos sentidos atribuídos à Sociologia no ensino médio.

O ensino da Sociologia como disciplina do Ensino Médio brasileiro ainda sofre com um forte descaso, enquanto campo de investigação científica e de transformações sociais, em que predomina a reprodução dos modelos curriculares e de práticas de ensino típicos da formação de conhecimentos rasos, distantes do que se propõe esse conhecimento.

É verdade que, em grande medida, a inclusão de certos temas e conceitos na sala de aula obedece menos a documentos oficiais do que aos livros didáticos adotados, mas/e, principalmente, à seleção de interesses e percepções dos educadores enquanto mediadores de conhecimento, que a depender da sua formação acadêmica e posturas sociais, acreditam que a educação emancipatória ainda se constitui o caminho para um mundo melhor e uma existência digna, produtiva e feliz (Espíndola, 2003).

Compreendemos que o objetivo do ensino de Sociologia na Educação Básica é desenvolver uma nova atitude cognitiva, um modo específico de olhar e compreender a realidade social e humana, a apropriação de uma abordagem significativa da experiência humana, e nessa perspectiva que as publicações analisadas irão validar o projeto de pesquisa que pretende analisar como as reformas educacionais, os itinerários formativos irão tratar a temática gênero e sexualidade, a partir do livro didático do PNLD – 2021.

É relevante destacarmos que o cenário político e social no qual se deu a aprovação da legislação educacional e o clima de radicalização que se instalou no país a partir do ano de 2016, não se constitui um dos melhores vivenciados pelos brasileiros. No caso da construção do texto base da BNCC, o debate público encabeçado pelo Ministério da Educação (MEC), por meio de plataforma digital que objetivava reunir contribuições de diversos segmentos, não foi suficiente para tratar da complexidade que envolve as questões sobre o currículo de uma das etapas estratégicas para a educação do país.

Com relação à reforma do Novo Ensino Médio, esta foi passada a ‘toque de caixa’, por meio de Medida Provisória, desconsiderando o rito regular dos demais projetos que estavam em tramitação no âmbito do poder legislativo e atribuindo à reforma um caráter de urgência. Essa intempestividade colocou novamente o Ensino Médio em um campo de disputa de projetos educacionais e de sociedade; de relações de poder econômico, político e social, e principalmente de uma construção do capital humano tão necessário ao capitalismo (Motta e Frigotto, 2017).

A concepção das categorias "gênero" e "sexualidade" tem sido objeto de discussões e debates tanto na academia como na sociedade em geral. Essas categorias são complexas e mutáveis, refletindo a compreensão em constante evolução das ideias sobre identidade de gênero e orientação sexual (Coelho, 2018).

O gênero é uma construção sociocultural que se refere às características e papéis atribuídos socialmente às pessoas com base em seu sexo biológico. É importante destacar que gênero não é sinônimo de sexo, que se refere à classificação biológica de uma pessoa como masculina ou feminina. Enquanto o sexo é determinado pelos cromossomos sexuais, as características físicas e biológicas, o gênero é uma construção social (Carloto, 2001).

A sexualidade, por sua vez, refere-se à atração e interesse romântico, sexual e afetivo que uma pessoa tem por outras pessoas. A orientação sexual é a forma como uma pessoa se identifica em relação a seu desejo sexual, seja ele direcionado ao mesmo sexo (homossexualidade), ao sexo oposto (heterossexualidade), a ambos os sexos (bissexualidade) ou a nenhum dos sexos (asexualidade) (Menezes et al. 2010).

Segundo Carneiro e Stange (2011) a escola, como espaço de construção do conhecimento, torna-se ambiente indispensável para a discussão da sexualidade, não só como controle de gravidez e de evitar o contágio de doenças, mas assegurar um espaço para reflexão para as questões de gênero, discriminação e preconceitos e todos os outros aspectos que envolvem a sexualidade.

Segundo Scott (1995, p.14) o gênero é um modo de compreender mais claramente as relações existentes entre homens e mulheres e assim diluir preconceitos, já que como categoria de análise nos fornece elementos para questionarmos algumas normas e condutas naturalmente atribuídas ao feminino e ao masculino.

O gênero é composto por um conjunto de imagens, ideias e definições que um determinado grupo humano tem sobre o que é masculino ou feminino, um homem ou uma mulher, um gay ou uma lésbica etc. Tal conjunto de ideias e imagens é utilizado para enquadrar cada membro em um comportamento considerado adequado. O ponto de partida, que serve de critério de escolha sobre quais conceitos e imagens deve ser usado para cada novo indivíduo, é um dado físico. A genitália humana é utilizada como base para o primeiro conjunto de classificação e divisão do grupo em duas grandes categorias (homens e mulheres), seguidas de outras classificações caso os indivíduos se desviem dos modelos comportamentais estabelecidos (virago, “bicha”, “sapatão”...) (Zirbel, 2016).

A maioria das sociedades faz uso, de maneira explícita, de apenas dois gêneros (masculino e feminino) e que correspondem ao sexo biológico de machos e fêmeas. No entanto, ao longo da história foram registrados grupos que adotaram papéis de gênero para indivíduos cujo comportamento configurava o oposto daquele atribuído ao sexo biológico ou as crianças nascidas com as marcas genitais de ambos os sexos.

Quando se trata dos direitos políticos das mulheres é imprescindível empregar gênero como categoria analítica para chegar “à compreensão da desigualdade em campos que foram considerados neutros, particularmente no âmbito da filosofia, da ciência política e das ideias que inspiram os princípios democráticos e a governabilidade” (Cepal, 2008:5).

O emprego do conceito de gênero na análise política parte da constatação do *status* subordinado das mulheres ao longo da história (Facio, 1999) e remete ao processo de construção das relações de poder entre os sexos (Scott, 1990). O conceito também reporta às bases patriarcais de poder nos domínios da vida pública e privada; âmbitos nos quais sistemas de crenças e ideologias delimitam direitos, deveres e condutas para cada sexo, legitimam a ordem social estabelecida e justificam a supremacia dos homens e do masculino (Puleo, 2004).

A desigualdade entre homens e mulheres é um traço presente na maioria das sociedades, se não em todas. É notório que essa realidade sempre foi bem evidente e assumida como um reflexo de natureza diferenciada entre os dois sexos e necessária para a sobrevivência e um melhor progresso da espécie. Ao recusar essa compreensão, ao denunciar a situação das mulheres como efeito de padrão de opressão, o pensamento feminista caminhou para uma crítica ampla do mundo social, que reproduz assimetrias e impede a ação autônoma de muitos de seus integrantes (Biroll e Miguel, 2015).

Segundo Foucault (1988) a sexualidade pode ser representada por quatro mecanismos. São estes a “histerização do corpo da mulher”, “pedagogização do sexo das crianças”, “socialização das condutas de procriação” e “psiquiatrização do prazer perverso”. Observa-se que três sujeitos passam a fazer parte do controle sobre a sexualidade, ou seja, a mulher, a criança e o homossexual.

Costa et al. (2009) analisou a importância na formação de profissionais na educação, quanto às temáticas sobre sexualidade, relações de gênero e sua compreensão no contexto escolar. Através do contato direto com os professores, os autores observaram a importância desse tipo de formação, percebendo a necessidade de conhecimento sobre essas temáticas para pessoas que atuam diretamente com o ensino e lidam no cotidiano escolar com entraves relacionados a essas temáticas. Além de instigar os mesmos a refletirem em como trabalhar esse contexto em sala de aula.

A interseccionalidade é um conceito crucial para entender a complexidade das experiências humanas, considerando as interações entre identidades sociais como gênero, raça, classe, sexualidade e outros. No contexto educacional, a inclusão da interseccionalidade nos livros didáticos de Sociologia do ensino médio é essencial para promover uma compreensão mais profunda das desigualdades e opressões presentes na sociedade. Segundo Crenshaw (2013) a interseccionalidade é uma lente poderosa que nos permite ver e compreender as complexas interações entre diferentes formas de opressão e privilégio.

A abordagem da interseccionalidade nos livros didáticos de Sociologia no ensino médio é fundamental para promover uma leitura mais crítica e completa da realidade social. A interseccionalidade é um conceito que busca compreender como diferentes formas de opressão, como o racismo, o sexismo, a homofobia e a xenofobia, se intersectam e se sobrepõem na vida das pessoas.

Nos livros didáticos, a interseccionalidade pode ser trabalhada através de conteúdos que abordem as diversas formas de discriminação presentes na sociedade, destacando como elas se relacionam e se reforçam mutuamente. Por exemplo, uma abordagem interseccional pode trazer

reflexões sobre como os aspectos de gênero, raça e classe social atuam de forma conjunta e influenciam as oportunidades e os privilégios de cada indivíduo.

Além disso, é importante que os livros didáticos incluam exemplos e narrativas de pessoas que vivenciam a interseccionalidade em suas vidas, mostrando como essas experiências estão presentes na sociedade contemporânea. Isso possibilita a ampliação do repertório dos estudantes e promove a empatia e a compreensão da diversidade.

A abordagem da interseccionalidade nos livros didáticos também contribui para desconstruir estereótipos e preconceitos, ao destacar a complexidade e a multiplicidade das identidades sociais. Os estudantes são encorajados a problematizar e questionar as desigualdades sociais, buscando uma sociedade mais inclusiva e justa.

Estudos sobre as relações de gênero e da diversidade sexual tem sido palco de diversos debates políticos e científicos em torno dos direitos humanos. Desde a segunda metade do século XX, os movimentos sociais têm se empenhado na luta por direitos igualitários entre homens e mulheres, independentemente da orientação sexual e da expressão de gênero (Munhoz, 2015).

Segundo Butler (2003) gênero foi inicialmente compreendido como “os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado”, produzindo uma dicotomia entre sexo (biologia) e gênero (cultura), a qual foi desconstruída pelo feminismo da terceira onda. Joan Scott apontou ser o gênero o primeiro exercício de poder sobre os nossos corpos.

Segundo Safiotti (2009), “[...] mais do que papéis sociais que se aprende nos processos de socialização, são as identidades sociais (gênero, raça e etnia, classe) que vão gestando a subordinação, a partir das experiências vividas que colocam as mulheres nesse lugar”, as formas de dominação e de exploração se inscrevem num enovelado de fios composto por gênero-raça-classe.

Os sistemas de relações como as classes sociais, os gêneros, as idades/gerações e as raças/etnias são o que determinam a estrutura da vida social, o que de fato vem dando sentido e articulando dinamicamente essas relações em si. Essas dimensões expressam diferenças, oposições, conflitos e/ou alianças e hierarquias provisórias (Da Motta, 1999).

Silva (2012) analisa a influência da cultura patriarcal na vida das mulheres e homens, a partir dos papéis construídos de gênero e relação entre dominador e dominado e do entendimento e compreensão das mulheres vítimas de violência de gênero, sobre a relação de exploração e os papéis exercidos na ordem patriarcal. Demonstra um movimento dessas vítimas em incluir o homem no processo de descontração dessa cultura, possibilitando a igualdade entre os gêneros e, conseqüentemente, o rompimento com ciclo da violência.

3 GÊNERO E SEXUALIDADE COMO TEMAS DA SOCIOLOGIA ESCOLAR: UMA ANÁLISE DOS LIVROS DIDÁTICOS PNLD/2021 DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

O tema gênero e sexualidade tem sido abordado em diferentes contextos e por diferentes áreas do conhecimento. É notório que eles abrangem realmente diversos campos científicos de pesquisa e instigam diversos olhares e interpretações, no entanto ainda se constitui envolta a um emaranhado de especulações e preceitos, e nessa perspectiva constitui alvo da nossa pesquisa, pensar uma educação de qualidade que prima por uma excelência e que visa um indivíduo consciente dos seus direitos e deveres e construtor da sua história.

Uma história acadêmica não se encontra desvinculada do seu prazer, do seu desejo, das suas experiências afetivas, mas, uma construção biopsicosexual, que perpassa uma integralidade múltipla. E nessa perspectiva nos propomos analisar um instrumento didático pedagógico de extrema relevância para os educadores e estudantes do Ensino Médio, tendo em vista que o livro didático em alguns contextos educativos constitui uma das principais fontes de pesquisas; e pensar sobre a presença do debate de gênero e sexualidade nos livros, requer levarmos em consideração alguns fatores que sutilmente estarão imbuídos nessas abordagens.

3.1 UMA ANÁLISE DOS LIVROS DIDÁTICOS PNLD 2021 DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS: GÊNERO E SEXUALIDADE EM PAUTA

Para Bourdieu (1992), a escola é um espaço legítimo de inculcação de arbítrio cultural, monopólio do saber, violência simbólica. O arbítrio cultural se constitui a decisão de alguns sobre o que vai ser ou não abordado no espaço educativo, é um princípio simbólico de dominação, tendo em vista que a realidade não é natural ou única. O que nos leva a discernir que em toda ação há uma intenção, dessa forma as reformulações educacionais propagadas hoje, permeiam quais intenções? Fundamenta qual modelo de sociedade? Almeja qual cidadão?

Para responder tais questionamentos se faz necessário compreendermos algumas mudanças ocorridas a partir da BNCC e do novo Ensino Médio que repercutem diretamente na elaboração e apresentação dos livros didáticos (PLND 2021). De acordo com as reformulações propostas na BNCC, cabe ao Ensino Médio, consolidar e o aprofundar os conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, e “construir aprendizagens sintonizadas com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes e, também, com os desafios da sociedade contemporânea” (BNCC, p. 14), um ensino que possibilite formação geral indispensáveis à constituição de cidadãs e cidadãos e que garanta a inserção do estudante no mercado de trabalho.

Em 30 de janeiro de 2020 o Ministério da Educação (MEC) começou a produção do material didático próprio, uma alteração importantíssima assinada pelo presidente Jair Bolsonaro, e que demonstra total descaso com algumas áreas do conhecimento e em especial com as Ciências Humanas e Sociais as alterações imbricaram em supressão de temas relevantes ao desenvolvimento de cidadãos conscientes de deveres sociais e políticos.

Tendo em vista que as ciências humanas e em especial a Sociologia sofre a cada novo governo com desvalorização ou exclusão nos currículos, a depender do pensamento social e político dos mesmos e das demandas do mercado, a intermitência, valor e lugar de debate, muda. E que fica evidente no momento atual, tempos difíceis, tempos políticos conflituosos, marcados pela retirada de direitos adquiridos e por reformulação dos processos sociais que tendem a inculcar a ideia conservadora e a monopolizar saberes.

Conhecimentos de extrema importância a sofrer extinção ou supressão, incertezas e desvinculação de saberes historicamente construídos são destituídos dos espaços escolares em nome de uma inovação tecnológica, e de um indivíduo desejável ao mercado de trabalho. A escola cabe perpetuar condições sociais determinadas por uma minoria elitizada, grupo este que decide, coloca em pauta seus pressupostos e ideais acerca das aspirações para determinado grupo, dessa forma há a perpetuação de paradigmas sociais (Rosendo, 2009)

O novo currículo e a nova forma de controle através das pedagogias ativas que reivindicam e se escondem atrás da modernidade tecnológica, seria apenas uma forma de controle social, cuja finalidade maior consiste no desmonte de saberes construídos e sistematizados durante a história da humanidade, bem como, a ideia de uma autonomia e individualidade controlada, que serve apenas a uma postura social neoliberal.

Uma estruturação curricular que redimensiona os componentes disciplinares – do antigo currículo - para áreas de conhecimentos, e a oferta de vários itinerários formativos que na perspectiva interdisciplinar propõe através da escolha dos nossos estudantes possibilitar uma aprendizagem direcionada para o projeto de vida dos mesmos. Com carga horária de 1800 horas, a formação geral básica permanece comum para todos os estudantes e as 1200 seriam distribuídas por área de interesse que visa tanto as possibilidades de aprofundamento acadêmico em uma ou mais áreas do conhecimento como de formação técnica e profissional.

Os livros didáticos ofertados pelo MEC através do programa, estão divididos por área de conhecimento: As Ciências Humanas e Sociais Aplicadas contemplam os conhecimentos de História, Geografia, Sociologia e Filosofia são os saberes construídos historicamente e distribuídos em seis volumes. Não existe uma demarcação de série ou conteúdo por área, tendo em

vista que a proposta é interdisciplinar e os campos de saberes se comunicam, porém, algumas editoras sinalizam quais áreas se aproximam efetivamente.

Enquanto espaço de pesquisa buscamos sete escolas subsidiadas pela GRE Sertão do Moxotó Ipanema Arcoverde, que no ano de 2021 num processo democrático e participativo realizou a escolha do livro didático do novo ensino médio, uma das grandes conquistas da Educação brasileira – o direito da escolha por profissionais da área, que conhece as demandas e necessidade do estudante daquele espaço educativo.

Embora saibamos que as elaborações dos livros didáticos são feitas por mestres e doutores de cada área, nem sempre o que é proposto nestes livros atendem todas as demandas, tendo em vista que o olhar está direcionado a uma determinada região onde os mesmos são elaborados e de onde os seus elaboradores provém, mas os educadores de todos espaço brasileiros pode buscar na escolha aquele livro que tem uma aproximação maior com a sua realidade.

Um dos pontos que podemos destacar é que os livros didáticos não trazem a real conjuntura social, político e cultural do Semiárido as nossas potencialidades e os desafios e nossas conquistas. Por vezes o Nordeste e principalmente o Semiárido é visto apenas em suas características de seca, de improdutividade e fome descartando ou excluindo a grande potencialidade do povo e da região Semiárida.

É importante reconhecer que tanto o gênero quanto a sexualidade são aspectos complexos e multifacetados da identidade humana e carregam marcas de restrições em suas abordagens devido aos preconceitos e tabus relacionas ao tema e propagados pelas principais instituições sociais. Mesmo reconhecendo sua relevância a instituição escolar ainda enfrenta certas repressões, e dessa forma tende a escamotear o debate mais acirrado.

Pensar uma proposta efetiva sobre gênero e sexualidade requer adentrar em algumas construções simbólicas de poder e controle, conquista esta que necessita ir para além das críticas conservadoras, para além dos entraves pessoais enquanto educador, “ entender como operam raça e gênero - em conjunto e independentemente – nos ajuda a compreender melhor como o social se torna corporificado principalmente para além do que as propostas curriculares demandam, tendo em vista que estes trazem as suas próprias percepções sobre o tema, ainda há muito o que avançar para enriquecer o debate sobre gênero e sexualidade (Fausto – Sterling, 1992, p. 25).

A questão da sexualidade, da orientação sexual e identidade de gênero ainda carecem de maior espaço, melhor conceituação e maior diversificação de referências teóricas como iremos

observar nos livros aqui estudados, enquanto categorias sociológicas, esse campo do conhecimento que também é carregado de muitos entraves, precisa apregoar uma sociologia escolar mais inclusiva e justa.

Embora a Sociologia permaneça no currículo enquanto conhecimento geral básico, os estudantes das EREMs em análise terão apenas duas aulas destinadas a Sociologia, durante os três anos do Ensino Médio e estas acontecerão no transcorrer do segundo ano. Os temas das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, são distribuídos em seis volumes temáticos, interdisciplinares (Figura 1), que se articulam e se complementam, mas que podem ser trabalhados separadamente e em diferentes ordens, de acordo com o projeto pedagógico da escola e a escolha dos professores, no entanto, todas as escolas analisadas optaram por trabalhar com dois volumes anuais.

Figura 1 - Coleções dos livros didáticos analisados nesse estudo, (a): Livro Diálogo: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Editora Moderna, usado nas escolas dos municípios de Sanharó e Poção (LDCH1). (b): Livro Prisma: Ciências Humanas, Editora FTD, usado em duas escolas do município de Pesqueira (LDCH2). (c): Livro Diálogos em Ciências Humanas, Editora Ática, usado nas escolas dos municípios de Sanharó e Pesqueira (LDCH3). (d) Livro Contexto e Ação, Editora SCIPIONE, usado em uma escola no município de Pesqueira (LDCH4).



(a)



(b)

DIÁLOGOS
EM CIÊNCIAS HUMANAS

Cláudio Vicentino
Eduardo Campos
Eustáquio de Sene

Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
INSERE NOME

Convívio democrático

MANUAL DO PROFESSOR

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO -
VERBAO SUBMETIDA A ANÁLISE

01522P21204
01522P21204137

ea
editora ática

DIÁLOGOS
EM CIÊNCIAS HUMANAS

Cláudio Vicentino
Eduardo Campos
Eustáquio de Sene

Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
INSERE NOME

Consciência ambiental

MANUAL DO PROFESSOR

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO -
VERBAO SUBMETIDA A ANÁLISE

01522P21204
01522P21204135

ea
editora ática

DIÁLOGOS
EM CIÊNCIAS HUMANAS

Cláudio Vicentino
Eduardo Campos
Eustáquio de Sene

Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
INSERE NOME

Importância do trabalho

MANUAL DO PROFESSOR

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO -
VERBAO SUBMETIDA A ANÁLISE

01522P21204
01522P21204136

ea
editora ática

DIÁLOGOS
EM CIÊNCIAS HUMANAS

Cláudio Vicentino
Eduardo Campos
Eustáquio de Sene

Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
INSERE NOME

Compreender o mundo

MANUAL DO PROFESSOR

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO -
VERBAO SUBMETIDA A ANÁLISE

01522P21204
01522P21204133

ea
editora ática

DIÁLOGOS
EM CIÊNCIAS HUMANAS

Cláudio Vicentino
Eduardo Campos
Eustáquio de Sene

Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
INSERE NOME

Mundo em movimento

MANUAL DO PROFESSOR

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO -
VERBAO SUBMETIDA A ANÁLISE

01522P21204
01522P21204134

ea
editora ática

DIÁLOGOS
EM CIÊNCIAS HUMANAS

Cláudio Vicentino
Eduardo Campos
Eustáquio de Sene

Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
INSERE NOME

Construção da cidadania

MANUAL DO PROFESSOR

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO -
VERBAO SUBMETIDA A ANÁLISE

01522P21204
01522P21204138

ea
editora ática



(d)

Enquanto categoria sociológica, devemos pensar o quanto o tema é relevante para a vida, tendo em vista que, gênero e sexualidade é inerente a vida do ser humano em sua integralidade, outro fator relevante quanto ao tema é que são elementos que trazem em seu bojo uma relação permeada de poder, que segundo Foucault,(1999) numa marcha repentina e abrupta algo que era esvoaçante, sem amarras ou amordaças, é tolhida para o quarto dos pais, numa decência avassaladora, a família conjugal apreende.

Em torno dos sexos, se cala. O casal, legítimo e procriador, dita a lei. Impõe-se como modelo, faz reinar a norma, detém a verdade, guardo direito de falar, reservando-se o princípio do segredo. No espaço social, como no coração de cada moradia, único lugar de sexualidade reconhecida, mas utilitário fecundo: o quarto dos pais ao que sobra só no resta encobrir- se; o decoro das atitudes esconde os corpos a decência das palavras limpa os discursos e se o estéril insiste, e se mostra demasiadamente, vira anormal; e receberá este status e deverá pagar as sanções. (Foucault,1999, p. 9).

E assim as concepções de controle e poder chegam em todas as esferas sociais, e não é diferente na escola, embora estejamos em pleno século XXI, as premissas arraigadas na subjetividade humana continuam, com toda força necessária para inibir a ações concretas para compreensão do ser. Pensar o quanto os livros favorecem essas posturas é o que impulsiona essa investigação.

Das sete escolas analisadas, quatro coleções foram escolhidas de editoras diferentes, os seis volumes são divididos por temas e o nosso trabalho foi organizado por coleção e seguirá alguns questionamentos específicos que em cada percepção iremos dialogar.

Vale ressaltar que o Novo Ensino Médio também trouxe uma formatação diferente aos livros didáticos do PNL D - 2021. Os volumes que compõem a coleção Ciências Humanas e Sociais Aplicadas fornecidos pelo MEC são divididas por subtítulos que fundamentam os componentes curricular áreas de História, Geografia, Filosofia e Sociologia.

Nessa perspectiva muitas categorias relevantes foram suprimidas, pensar hoje a educação não necessariamente significa, pensar uma educação emancipatória. Laval (2004:15), salienta:

“A economia foi colocada, mas do que nunca, no centro da vida individual e coletiva, sendo os únicos valores sociais legítimos os da eficácia produtiva, da mobilidade individual, mental e afetiva e do sucesso pessoal. Isso não pode deixar ileso o conjunto de sistema normativo de uma sociedade e seu sistema de educação”.

Ao currículo está atrelado enquanto base fundamental o processo de ensino aprendizagem, uma diversidade de processos e relações que consiste na demarcação de poder, legalidade, ideia moral, enfim o conhecimento científico que irá garantir a perpetuação de ideologias, através de ações concretas norteadoras. Em assertiva teórica Chauí, (2016, p. 26) afirma:

Nasce agora a ideologia propriamente dita, isto é, o sistema ordenado de ideias ou representações e das normas e regras como algo separado e independente das condições materiais, visto que seus produtores – os teóricos, os ideólogos, os intelectuais – não estão diretamente vinculados à produção material das condições de existência. E, sem perceber, exprimem essa desvinculação ou separação através de suas ideias.

Ao currículo cabe ressaltar as ideologias postuladas pelas classes dominantes para concretizar aquilo que deverá permanecer fixado nas sociedades dominadas e essas ideias ganham corpo no chão da escola em seus documentos norteadores, dentre eles os livros didáticos, que é o instrumento que nos propomos analisar.

Na perspectiva de análise seguiremos com quatro unidades de contextos e suas unidades registros correspondentes, tendo como enfoque principal o trabalho com gênero e sexualidade, seus aportes teóricos, abrangência de diálogo e possibilidades de reflexões críticas. Iniciaremos com a unidade de contexto: Trabalho. É relevante salientar que as quatro coleções analisadas dedicaram um volume ao tema.

O trabalho desempenha um papel fundamental na história da humanidade e sua evolução está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento da civilização e da sociedade. Mas foi a partir da modernidade e do capitalismo, com a compra e venda da força de trabalho, que as relações sociais e ‘as liberdades’ foram se transformando. Liberdades no plural, tendo em vista que, dependendo em quais categorias o indivíduo se encontra, essa liberdade será maior ou menor (Neves, 2018).

O trabalho moldou as estruturas sociais, como a família, o sistema educacional e a religião; o mundo passou a exercer novas influências e a exigir novas posturas dos seus partícipes, em aspectos econômicos, culturais e sociais. Tendo em vista que esses se entrecruzam. É relevante entender que há um conflito fundante do capitalismo, atrelado à contradição capital/trabalho, embora tenha trazido avanços econômicos importantes, também levanta questões sobre a distribuição de riqueza, as condições de trabalho e a exploração da força de trabalho.

A relação entre o trabalho e o capitalismo é complexa e multifacetada, mas se faz necessário atentar também às outras dimensões que reforçam a sua existência como modelo hegemônico e que – não necessariamente – se restringe a produção, mas que se constituem a partir dela. As diferenças de possibilidades e direitos que permeiam estes espaços sociais e econômicos precisam ser palco de debate, para se almejar mudanças substanciais, uma vez que a conservação dessas diferenciações no que se refere ao tratamento direcionado ao ser humano é um dos grandes sustentáculos do capitalismo (Chaves, 2021).

É primordial compreender outras dimensões que estão sutilmente incorporadas ao modo de produção, as hierarquias, a desvalorização no trabalho, é nesse sentido que compreender as

relações homem/mulher e, fundamentalmente, incorporar nas análises das ciências sociais a dimensão da divisão sexual do trabalho, suas concepções e envergaduras estruturais de exclusão e desigualdades (Hirata, 2010).

O trabalho se constitui objeto de interesse das Ciências Sociais, visto que, a cada mudança nas relações indivíduo/ trabalho novas configurações surgem, novos atores e novas posturas sociais, isso se evidencia com a inserção da mulher, nesse espaço produtivo, o trabalho emancipou as mulheres, tornando-as independentes, porém não a libertou de uma posição inferior, em ocupação espaço social, político, condição de trabalho e valorização.

Em linhas gerais os livros LDCH4 (Figura 3.1d) em análise apresenta várias situações de reivindicações e lutas, no entanto, fica evidente que os processos de resistência e as experiências de contraponto à dominação e à exploração das mulheres, na sociedade brasileira, têm sido pouco estudados na Sociologia e nesse momento com a reforma do Novo ensino Médio nos livros de Ciências Sociais, embora apareça algumas ilustrações que remetem a movimentos que as mulheres compõem a luta, em muitas situações não se faz referência alguma a essa participação.

As construções curriculares que hoje nos são apresentadas nos leva a entender que tipo de competências e habilidades deverão ser desenvolvidas em nossos estudantes e quais cidadãos se espera formar. Paiva, Frangella e Dias (2006) ressaltam que as políticas curriculares não devem ser compreendidas apenas como produto do governo, mas também como produção cultural. O currículo oficializado é negociado entre contexto e particularidades, entre práticas e sentidos, ocorrendo construções de saberes não limitados pelos discursos oficiais.

É notória que onde há relações sociais e humanas, há uma forma específica de organização, de produção e de padrões pré-determinados e atualmente estas formas demonstram uma sociedade em que existe uma divisão social e política entre os homens e mulheres, existe uma divisão ainda mais significativa que se constitui na relação poder e trabalho. “ [...] falar em termos de divisão sexual do trabalho é muito mais. É articular essa descrição do real com uma reflexão sobre os processos pelos quais a sociedade utiliza essa diferenciação para hierarquizar as atividades. A divisão sexual do trabalho está no centro do poder que os homens exercem sobre as mulheres (Kergoat, 1996, p.20).

A propriedade privada dos meios de produção, como sendo um elemento essencial na estrutura econômica de um país capitalista é sem dúvida o aspecto principal para compreendermos as desigualdades sociais, a miséria, a exploração e a opressão do ser humano por outros seres humanos.

Nos livros LDCH3 (Figura 3.1c), volume “Importância do Trabalho” por dois momentos são apresentadas as imagens com essa descrição na legenda “Mulheres trabalhando na montagem da fuselagem do bombardeiro B-17 durante a Segunda Guerra Mundial, na Califórnia (Estados Unidos), em 1942 (Figura 2). Na abertura do capítulo Profissão e trabalho, e no texto ‘Trabalho assalariado e outras formas de trabalho’, ambos nos levam a questões de inserção da mulher no mercado de trabalho, a relevância desse trabalho dentro do contexto social e em um momento histórico muito significativo para a humanidade, fatores estes de uma relevância ímpar para uma discussão sociológica, porém os aportes teóricos metodológicos abordados neste capítulo, não direciona os possíveis questionamentos sobre o tema.

Figura 2 - Imagem retirada do Livro LDCH3, página 40.



A naturalização que justifica e apoia a dominação masculina se configura na omissão do debate. Para Bourdieu (2002, p. 20),

A diferença biológica entre os sexos, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino, e, especificamente, a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros e, principalmente, da divisão social do trabalho. É no naturalizar que se perpetua a opressão.

No volume “Construção da Cidadania” do LDCH3, capítulo dois: Desafios para construção da justiça social no Brasil, traz um texto sobre emancipação das mulheres e um quadro comparativo sobre o rendimento médio habitual do trabalho entre homens e mulheres e um gráfico que aborda cor, nível de instrução e rendimentos, e esses dados apontam uma disparidade nas desigualdades, traz várias imagens significativas e coerentes ao debate, um texto de

Angela Davis e Bell Hooks, sobre a opinião das duas ativistas pela conquista de direitos civis sobre a remuneração do trabalho doméstico. Vale destacar que os textos e imagem são expressivos para um trabalho coerente e eficaz sobre a temática gênero.

A importância da compreensão de alguns conceitos se dá pela centralidade do debate sobre as desigualdades entre homens e mulheres e a necessidade de analisarmos os dados estatísticas, contextos e historicidade e a relevância da abordagem para uma reflexão crítica da realidade e do conhecimento abordado. Nessa perspectiva duas imagens são extremamente relevantes no LDCH1 do volume ‘Relações de poder: território, estado e nação’ no título a primeira guerra mundial e a crise de 1929, mulheres trabalhando em uma fábrica de munição em Londres na Grã-Bretanha em 1918 (Figura 3) e mulheres inglesas no front em treinamento durante a Primeira Guerra Mundial, 1917 (Figura 3).

Figura 3 - Imagem retirada do Livro LDCH1, página 79.



Figura 4 - Imagem retirada do Livro LDCH1, página 74.



Durante a Primeira Guerra Mundial, muitas mulheres entraram na força de trabalho industrial para substituir os homens que haviam sido convocados para o serviço militar. A imagem mostra mulheres desempenhando papéis tradicionalmente masculinos na fábrica de munição, o que foi um passo significativo em direção à igualdade de gênero e mudou as percepções sobre o papel das mulheres na sociedade (Pedro, 2005).

A Crise de 1929, também conhecida como a Grande Depressão, teve um impacto significativo nas mulheres. A crise econômica resultou em altas taxas de desemprego, afetando desproporcionalmente as mulheres que haviam entrado no mercado de trabalho durante a Primeira Guerra Mundial. Muitas perderam seus empregos e tiveram dificuldades em encontrar trabalho novamente. Apesar de suas contribuições significativas durante a Primeira Guerra Mundial, as mulheres enfrentaram desigualdades e discriminação, que foram agravadas pela Crise de 1929. No entanto, sua participação nesses eventos históricos foi um passo importante para ampliar os direitos e as oportunidades das mulheres no século XX. Segundo Carreira, (2004, p.15)

A categoria gênero também contribuiu para revelar, a partir de uma grande lente, aquilo que é cultural e, logo pode ser mudado na vida em sociedade, questionando a naturalização da desigualdade social entre os sexos. Ao mostrar a dimensão social da desigualdade e suas repercussões na divisão sexual do trabalho, escancara ainda mais portas e janelas para a ação política de coletivos, organizações e movimentos que atuam pela transformação dessa realidade.

Pensar a relevância da participação da mulher no mercado de trabalho em um contexto histórico significativo como foi a Primeira Guerra nos insere em duas dicotomias na abordagem do LDCH1, traz a imagem (Figura 3.4), mas não faz a codificação, e não introduz a mulher ao tema central do capítulo ‘A primeira guerra mundial e a crise 1929’, onde a participação dela em situação de guerra foi de extrema relevância, mas em tempos de crise ela e a primeira a ser descartada do mercado de trabalho.

Estado, poder e política três palavras que se sobrepõe, se intercala e se dinamiza na contenda sociológica, em detrimento do contexto histórico e cultural e das relações de poder que permeiam essas interações. Ao Estado podemos atrelar tanto o potencial de mitigar quanto o de agravar as desigualdades, dependendo das políticas que implementa e de como as implementa, e principalmente a quem estas políticas irão servir.

No LDCH1 é proposto um exercício com um texto sobre erradicação da pobreza e garantia de direitos para homens e mulheres, na sessão de olho no presente, Desigualdade social no Brasil exercício que aborda características étnicas raciais, herança invisível que ressalta a relação entre falta de escolaridade, o planejamento familiar e conseqüentemente a pobreza.

A desigualdade social refere-se à disparidade de oportunidades, recursos e acesso a serviços essenciais, como educação, saúde e emprego, entre diferentes grupos de pessoas dentro de uma sociedade. O Estado, por sua vez, é uma entidade responsável por governar e regular uma nação, estabelecendo políticas e programas que afetam diretamente a distribuição de recursos e oportunidades. Portanto, a relação entre o Estado, poder e política é crucial e pode ser abordada de diversas maneiras, compreender sobre esses temas nos leva a responsabilidade social e política através de posturas conscientes.

Castro e Mariano (2015, p. 52) consolidam a importância da educação no debate na relação capital, trabalho e poder.

[...] sob a dominação de classe, isto é, da dominação dos que detêm o poder e o controle da propriedade dos recursos materiais sobre aqueles que possuem somente sua força de trabalho. Essa maneira de como a economia está organizada sobrevém em tudo aquilo que ocorre nas demais esferas sociais, como na educação, por exemplo. Portanto, com toda a certeza, há uma relação estrutural entre economia e educação (Castro e Mariano, 2015, p. 52).

O Estado desempenha um papel fundamental na mitigação ou agravamento dessa desigualdade. Políticas de educação acessíveis e de qualidade, cuidados de saúde acessíveis, programas de assistência social e implementação eficaz das leis trabalhistas são apenas algumas das maneiras pelas quais o Estado pode contribuir para reduzir a desigualdade. Aqui pensar as propostas de educação que os materiais didáticos desejam perpetuar (Pires, 2019).

Pensar desigualdade social significa ancorar em espaços que historicamente foram relegados a invisibilidade e exclusão, dentre eles a participação política da mulher. Embora nas últimas décadas as mulheres tenham conquistado alguns espaços, ainda enfrentam inúmeras barreiras e desafios para terem voz e representatividade nos processos políticos, são legítimas a conquista de algumas categorias, mas não podemos dizer que as barreiras foram destituídas.

[...] elaboram legitimações com o intuito de assegurarem seu poder. Estas legitimações – que se tornam aceitáveis para a sociedade – são postas para que as pessoas possam aprender o que fora estabelecido pela classe dominante, uma vez que esta classe impõe seus próprios interesses. [...] a ideologia interessa-se pela legitimação, pois há uma aceitação social a partir das justificativas das ações de um determinado grupo. [...] A ideologia, como já evidenciado, é um dos modos utilizados pela classe que detém o poder para exercer sua dominação, sendo que essa dominação é feita de maneira a que os dominados não a percebam. É função da ideologia ocultar a existência do conflito de classes para que a dominação não seja percebida. Em poucas palavras, a ideologia oculta que se origina da luta de classes com a finalidade de servir uma determinada classe social. (Castro; Mariano, 2015, p. 51).

Em uma sutileza fantástica nós observamos nos instrumentos aqui analisados através da dominação simbólica, nos LDCH1 foram observados oito textos que remetem a temática gênero, destes, dois de volumes diferentes abrem espaço para uma discussão, no volume “Participação política”, podemos observar algumas ilustrações que remetem à participação ativa das mulheres como é o caso da vice presidente Estados Unidos e no texto reflexivo sobre essa participação, em outro volume Sustentabilidade em ação: sociedade natureza, na seção “eu também posso” vem trazendo um texto Mulheres empoderamento e desenvolvimento sustentável, onde faz uma breve reflexão dessa mulher no aspecto sustentabilidade e atitude consciente.

A luta pela igualdade de gênero na política é parte integrante do movimento global pelos direitos das mulheres. As mulheres têm lutado para conquistar seu espaço e influência em governos, parlamentos e cargos de liderança em todo o mundo. Essa luta não se trata apenas de alcançar números representativos de mulheres em cargos políticos, mas também de garantir que suas vozes sejam ouvidas e que suas perspectivas e necessidades sejam levadas em consideração nas políticas públicas.

No LDCH1, destaca-se a imagem (Figura 5) da primeira ministra do Reino Unido Margaret Thatcher ao lado do presidente dos Estados Unidos Ronald Reagan, os dois governantes são considerados a personificação da política econômica neoliberal. O texto salienta essa mulher enquanto figura importante da história de forma consciente e atrelada ao conteúdo sem fortalecer estereótipos.

Figura 5 - Imagem retirada do Livro LDCH1, página 133.



Margaret Thatcher, foi a primeira ministra da Inglaterra pelo Partido Conservador. A política do governo Thatcher (1979-1990) foi orientada pela desregulamentação da economia, diminuição de gastos públicos com a educação, habitação e previdência social, privatização das empresas estatais e flexibilização das leis trabalhistas. Margareth ficou conhecida como a dama de ferro por sua política de enfrentamento a movimentos sociais e a oposição ao socialismo.

No entanto, em muitos casos, o Estado pode inadvertidamente perpetuar uma desigualdade por meio de políticas que favorecem certos grupos em detrimento de outros. Isso pode ocorrer devido à influência de grupos de interesse, corrupção, nepotismo e outras formas de má administração. Quando o Estado não atua de maneira justa e imparcial, a desigualdade social tende a se agravar, levando a consequências prejudiciais para a coesão social e o bem-estar geral. E nesse momento que grupos organizados se mobilizam para reivindicar direitos (Chaves, 2019).

No LDCH1 volume: ‘Lutas sociais e reflexões sobre a existência’ o capítulo Movimentos sociais contemporâneos: igualdade, identidade reconhecimento. A imagem (Figura 6), ato das mulheres em defesa da democracia na cidade de São Paulo, em 2018, abre o capítulo sobre lutas e reivindicações na atualidade. O capítulo é rico em imagens e abordagens acerca das lutas por igualdade de direitos e respeito as diversidades. Nessa perspectiva vale salientar que as conquistas de direitos sempre foram espaços permeados de lutas e as mulheres tiveram seus espaços garantidos, graças ao enfrentamento de algumas no processo reivindicatório.

Figura 6 - Imagem retirada do Livro LDCH1, página 115.



Um dos marcos mais importantes na luta pela participação política das mulheres foi o direito ao voto. No século XIX e início do século XX, muitos países permitiram que as mulheres votassem, mas esse direito ainda era negado em muitos lugares. As sufragistas lideraram movimentos em várias partes do mundo, reivindicando esse direito fundamental. Eventualmente, esses esforços resultaram na conquista do sufrágio feminino em muitos países, representando um marco significativo na participação política das mulheres.

Numa perspectiva política, nos obriga a ampliar o olhar sobre os atores. O problema deixa de ser apenas das mulheres, requerendo alterações nos lugares, práticas e valores dos atores em geral. Esse conceito contribui para incorporar na agenda feminista a luta no plano da cultura e da ideologia, fornecendo um espaço para a subjetividade na construção e reprodução dos lugares e significados socialmente identificados como masculino e feminino (Araújo, 2000, p.69).

Embora algumas situações abordadas no capítulo reivindiquem garantias de direitos a diferentes categorias, a luta não deve ser entendida em uma única perspectiva, não cabe a contemporaneidade pensar uma categoria isolada, o próprio texto do LDCH4 conceitua a relevância do olhar da interseccionalidade para as diferentes esferas sociais.

LDCH1 No capítulo 'Mudança Social: reflexões sobre o mundo em transformação' um texto que traz as reflexões filosóficas sobre a mudança da sociedade temos uma imagem da

deputada federal Joênia Wapichana (Figura 7) eleita a primeira mulher indígena da nossa história. Sua eleição representa uma conquista para as mulheres indígenas no país fortalecendo suas lutas e representatividade. Para Ribeiro:

Nesse sentido, seria urgente o deslocamento do pensamento hegemônico e a ressignificação das identidades, sejam de raça, gênero, classe para que se pudesse construir novos lugares de fala com o objetivo de possibilitar voz e visibilidade a sujeitos que foram considerados implícitos dentro dessa normatização hegemônica. (2017, p.24)

Figura 7 - Imagem retirada do Livro LDCH1, página 50.



A importância da participação política da mulher reside em vários aspectos. Em primeiro lugar, uma diversidade de gênero na política enriquece o processo decisório, trazendo diferentes experiências, pontos de vista e abordagens para os problemas enfrentados pela sociedade. As mulheres têm preocupações específicas, além de outras pautas mais gerais da sociedade, como igualdade salarial, saúde reprodutiva e combate à violência de gênero, que muitas vezes são negligenciadas se não houver representação adequada no governo.

Além disso, a participação política das mulheres serve como um modelo inspirador para as gerações mais jovens. Quando as meninas veem mulheres em cargos de liderança, isso lhes dá a confiança de que também podem alcançar essas posições e contribuir para uma mudança positiva em suas comunidades e países. A escola cabe possibilitar o desenvolvimento de percepções concretas sobre a inserção da mulher, negro, indígenas, enfim, populações tidas como minorias sociais (dos Passos, 2012).

A participação política das mulheres é um tema fundamental e relevante na atualidade. Ao longo da história, as mulheres enfrentaram desafios significativos para alcançar a igualdade de direitos políticos e a participação ativa nos processos democráticos. No entanto, progressos

substanciais foram feitos nas últimas décadas, e ainda há muito a ser feito para garantir uma representação política equitativa e eficaz das mulheres.

O volume Território, paisagens e relações sociais do LDCH4, capítulo cinco cujo o título é ‘O que se faz com a terra no Brasil?’ Esta coleção de vídeos capítulos em temas no tema quatro abre com o seguinte questionamento ‘A propriedade da terra é de quem faz o trabalho?’ Remete através das imagens (Figura 8) as situações da luta das mulheres para conquistar o direito à terra, em seguida vamos encontrar o texto ‘Mulheres no campo’ que ressalta a presença das mulheres na luta pela distribuição e acesso à terra, e um gráfico sobre Brasil: terras e gênero de 2006, que trata da proporcionalidade da distribuição das terras no Brasil em relação ao gênero, e mais uma vez os dados mostram as desigualdades entre homens e mulheres.

Figura 8 - Imagem retirada do Livro LDCH4, página 113.



O LDCH2 Espaços em transformação: Desigualdades e conflitos, vamos observar essa mudança social na perspectiva do território, das ocupações das pessoas que vivem nela, mas não apresenta nada que diz respeito a essa luta, essa conquista de espaço atrelada as categorias de gênero ou raça. Dois livros e a mesma temática, participação da mulher nos movimentos sociais e luta por terras, uma forma sucinta de reconhecer a participação efetiva das mulheres na conquista de direitos.

Em se cruzando o lugar na produção (lugar atual ou passado) e a reprodução com os momentos de vida (definidos pela intersecção da história pessoal e social), uma tal abordagem permite desde já avançar hipóteses explicativas sobre as modalidades de formas de luta (individuais e/ou coletivas, contra a exploração e/ou opressão) das mulheres e dos homens da classe operária (Kergoat, 1986, p.91).

Toda prática que se configura como forma de luta contra a opressão ou dominação, mesmo que não sigam formas organizadas de reivindicação, constitui-se em luta de classe, toda ação de quebra de opressão e dominação realizada por mulheres revela luta de gêneros e consequentemente luta contra as formas sutis de poder que permeiam as relações sociais. E essas lutas foram encabeçadas pelo movimento feminista, inicialmente sem a visão macro, ou visão pautada na interseccionalidade, mas com proposições extremamente relevantes que hoje garantem direitos antes nunca conquistado.

No LDCH3- Volume 5 “Convívio democrático” no texto “Diferenças não justificam desigualdades” pode ser considerado o único texto que traz uma abordagem interseccional, embora não faça questionamentos ou proponha atividade reflexiva, traz análise de gráficos abrangendo desigualdade de gênero, raça e classe social. O texto reflete uma ideia fundamental na luta por justiça social e igualdade. Ela sugere que as diferenças entre as pessoas, sejam elas relacionadas a raça, gênero, orientação sexual, religião, deficiência ou qualquer outra característica, não devem ser usadas como razão para tratar as pessoas de maneira desigual ou injusta. Louro, (2014):

É possível pensar as identidades de gênero de modo semelhante: elas também estão continuamente se construindo e se transformando. Em suas relações sociais, atravessadas por diferentes discursos, símbolos, representações e práticas, os sujeitos vão se construindo como masculinos ou femininos, arranjando e desarranjando seus lugares sociais, suas disposições, suas formas de ser e de estar no mundo. Essas construções e esses arranjos são sempre transitórios, transformando-se não apenas ao longo do tempo, historicamente, como também se transformando na articulação com as histórias pessoais, as identidades sexuais, étnicas, de raça, de classe [...].

Segundo Hooks (2018), as desigualdades de gênero, raça e classe social estão entrelaçadas em uma teia de opressão e privilégio. Para alcançarmos a verdadeira igualdade, devemos abordar todas elas de forma interseccional. Sendo assim a interseccionalidade surge com o desafio de demonstrar de uma forma mais clara que as pessoas têm múltiplas identidades e que essas identidades podem se sobrepor e interagir de maneiras complexas e podem influenciar as experiências e desafios que uma pessoa enfrenta na sociedade.

No LDCH1, volume “Dilemas das Repúblicas Latino Americanas”, no capítulo intitulado “Independência das colônias hispânicas e os novos estados nacionais da América” o subtítulo mulheres, negros, indígenas em luta participação ativa desses grupos na luta pela liberdade.

A independência das colônias hispânicas nas Américas foi um evento de grande importância histórica, resultando na formação de novos estados nacionais na região. Nesse processo

de luta pela liberdade, é importante destacar a participação ativa de diversos grupos, como mulheres, negros e indígenas.

Segundo Bolívar (2003), se ganhou a independência, mas ainda se está lutando por a liberdade, ou seja, apesar da participação ativa desses grupos na luta pela independência, muitos desafios persistiram. Mulheres, negros e indígenas continuaram a enfrentar discriminação e marginalização nos recém-formados estados nacionais. No entanto, a luta pela igualdade e direitos continua até os dias atuais, sendo parte importante da história e do desenvolvimento da América Latina.

No LDCH1, surge com o texto da história de duas mulheres, Maria Lígia Prado e Estela Mares Franco, elas eram duas jovens ativistas que se dedicavam a valorizar grupos marginalizados e a promover a interseccionalidade em suas ações. Ambas reconheciam a importância da interseccionalidade ao compreenderem que as opressões que as pessoas enfrentam não se dão de forma isolada, mas sim de maneira interligada, considerando suas múltiplas identidades.

Maria Lígia estava engajada na luta pelos direitos das mulheres e das pessoas LGBTQ+, enquanto Estela se dedicava a causas relacionadas aos direitos das pessoas negras e dos imigrantes. As duas se uniram para amplificar suas vozes e promover ações conjuntas, entendendo que a luta por igualdade de gênero não pode existir sem a luta contra o racismo, a xenofobia e outras formas de discriminação.

Através dessas ações, Maria Lígia e Estela conseguiram conscientizar muitas pessoas sobre a importância da interseccionalidade e influenciar políticas públicas que levassem em consideração as múltiplas opressões e desigualdades existentes. Seu trabalho inspirou outras pessoas a também considerarem a interseccionalidade em suas lutas e ações, trazendo maior visibilidade e respeito para grupos marginalizados. Maria Lígia e Estela foram exemplos de como é possível valorizar e fortalecer a interseccionalidade, contribuindo, portanto, com o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária para todos.

Segundo Collins (2021) a interseccionalidade é uma lente que nos permite ver e combater as injustiças que afetam as pessoas de forma múltipla. É uma ferramenta essencial para promover uma sociedade mais inclusiva e equitativa. Em contrapartida Davis (2016) relata que a interseccionalidade nos ensina que a luta contra a opressão não pode ser limitada a uma única frente. Precisamos considerar e abordar as diferentes interseções de raça, gênero, classe e outras formas de opressão se quisermos alcançar uma verdadeira justiça social.

No LDCH1 na sessão Laboratório de Ciências Humanas as Pessoas Sociais, o “retrato dos excluídos” (Figura 9) nos leva a uma reflexão na Perspectiva da Interseccionalidade.

Figura 9 - Imagem retirada do Livro LDCH1, página 89.

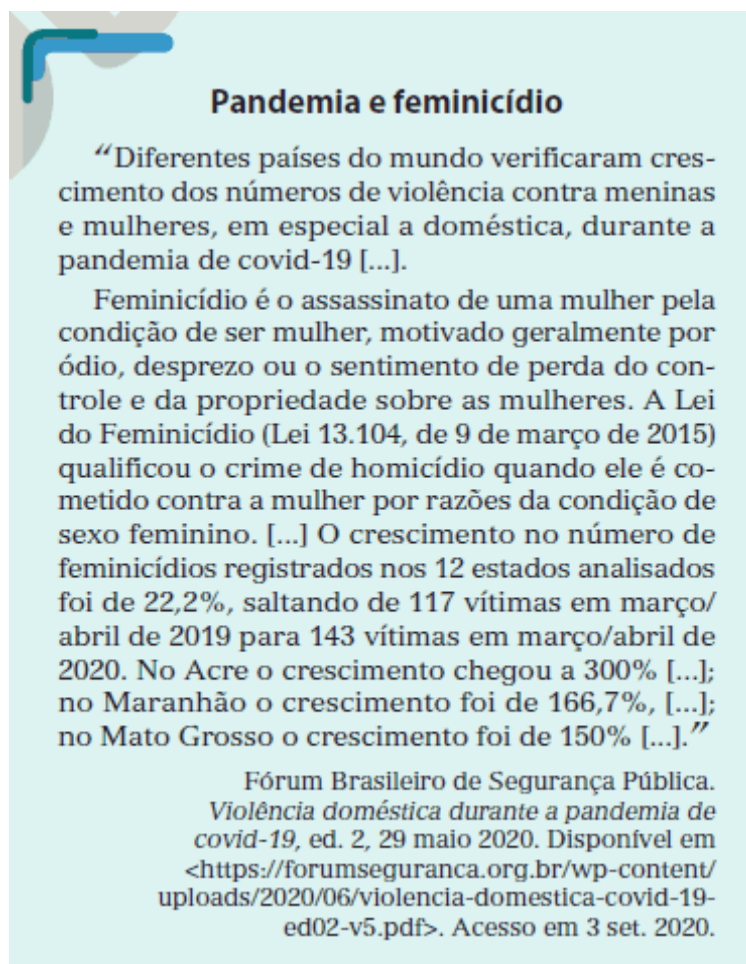


Ou seja, nos traz uma reflexão sobre como as desigualdades sociais se manifestam de forma complexa e interconectada. Permite-nos compreender que a exclusão não é um fenômeno isolado, mas sim resultado da interação de diferentes sistemas de poder. Além disso, essa perspectiva também nos leva a repensar as soluções para a exclusão social. Ao considerar as múltiplas formas de opressão enfrentadas por pessoas excluídas, é necessário adotar abordagens inclusivas e equitativas que levem em conta a diversidade de experiências e necessidades.

Para Crenshaw (2004) nenhuma luta por justiça social pode ser eficaz se não levar em conta as interseções de opressão que as pessoas enfrentam. Em suma, o retrato dos excluídos na perspectiva da interseccionalidade nos convida a refletir sobre as formas complexas e interconectadas de opressão e exclusão social. Essa reflexão é fundamental para construir uma sociedade mais justa e igualitária, que acolha e valorize as experiências de todos os indivíduos, independentemente das interseções de opressão que enfrentam.

No LDCH1, já no final do livro, vamos encontrar um substituto a luta contra a desigualdade no Brasil que destaca os movimentos de mulheres, dos negros e dos indígenas em busca de direitos e logo após um pequeno texto sobre pandemia e Femicídio (Figura 10).

Figura 10 - Texto retirado do Livro LDCH1, página 153.



Pandemia e feminicídio

“Diferentes países do mundo verificaram crescimento dos números de violência contra meninas e mulheres, em especial a doméstica, durante a pandemia de covid-19 [...].

Feminicídio é o assassinato de uma mulher pela condição de ser mulher, motivado geralmente por ódio, desprezo ou o sentimento de perda do controle e da propriedade sobre as mulheres. A Lei do Feminicídio (Lei 13.104, de 9 de março de 2015) qualificou o crime de homicídio quando ele é cometido contra a mulher por razões da condição de sexo feminino. [...] O crescimento no número de feminicídios registrados nos 12 estados analisados foi de 22,2%, saltando de 117 vítimas em março/abril de 2019 para 143 vítimas em março/abril de 2020. No Acre o crescimento chegou a 300% [...]; no Maranhão o crescimento foi de 166,7%, [...]; no Mato Grosso o crescimento foi de 150% [...].”

Fórum Brasileiro de Segurança Pública.
Violência doméstica durante a pandemia de covid-19, ed. 2, 29 maio 2020. Disponível em <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/06/violencia-domestica-covid-19-ed02-v5.pdf>>. Acesso em 3 set. 2020.

A luta contra a desigualdade no Brasil ganha cada vez mais destaque com os movimentos de mulheres, dos negros e dos indígenas em busca de direitos igualitários. Essas lutas são fundamentais para promover uma sociedade mais justa e inclusiva, combatendo a discriminação e a exclusão social. Segundo Collins (2021) os movimentos das mulheres, negros e indígenas são intrinsecamente interseccionais, pois suas lutas estão entrelaçadas em torno de questões de identidade e justiça social.

O movimento feminista tem conquistado avanços significativos, lutando por igualdade de gênero e pelo fim da violência e opressão contra as mulheres. Mulheres têm se unido cada vez mais para denunciar o assédio, violência doméstica, desigualdade salarial, entre outros problemas enfrentados diariamente. A luta pelo direito ao corpo e à autonomia reforça a importância da emancipação feminina e da garantia de igualdade de oportunidades. Segundo Davis (2016) a luta pelos direitos das mulheres não é apenas sobre ser mulher - é sobre ser uma mulher negra, uma mulher trans, uma mulher com deficiência, uma mulher imigrante e todas as outras mulheres que são marginalizadas pela nossa sociedade.

Os movimentos negros, por sua vez, são fundamentais para combater o racismo estrutural presente em diversos aspectos da sociedade brasileira. Essa mobilização visa a valorização da cultura afrodescendente, a garantia de oportunidades igualitárias e o fim da violência racial. A luta contra o genocídio da juventude negra, o racismo institucional e a discriminação no mercado de trabalho são algumas das pautas prioritárias desses movimentos (Gomes, 2018).

Da mesma forma, os movimentos indígenas têm buscado preservar sua cultura, seus territórios e seus direitos ancestrais. Essa luta inclui o combate ao desmatamento, invasões de terras e a violência contra as comunidades indígenas. Além disso, a busca pelo reconhecimento e valorização da sabedoria indígena e dos modos de vida sustentáveis são aspectos essenciais dessa mobilização.

Segundo Davis (2016) a interseccionalidade nos mostra que a diversidade dentro dos movimentos é uma força, não uma fraqueza. E para Lorde (2019) a luta pelos direitos das mulheres, negros e indígenas é uma luta coletiva pela justiça social e pela igualdade.

É importante ressaltar que, durante a pandemia da COVID-19, as desigualdades sociais foram intensificadas. De acordo com Collins (2021) a interseccionalidade é essencial para compreender como a pandemia afeta diferentes grupos de maneira desigual. Ela nos ensina que não podemos abordar a crise de saúde sem considerar as desigualdades sociais subjacentes. Mulheres, negros e indígenas foram ainda mais afetados pelos impactos da pandemia, seja na saúde, no trabalho ou no acesso a direitos básicos.

Além disso, a violência contra as mulheres, conhecida como feminicídio, também teve um aumento alarmante durante esse período de restrições e isolamento social. A violência contra a mulher é um fenômeno que tem ganhado grande repercussão nacional e mundial no contexto de pandemia da COVID-19, que afeta a todos, mas tem afetado diferentes grupos de pessoas, de distintas maneiras, aprofundando as desigualdades existentes. Dados iniciais indicam que a pandemia tem consequências sociais e econômicas devastadoras para mulheres e meninas, podendo, inclusive, reverter o progresso limitado feito na igualdade de gênero e nos direitos das mulheres (UN, 2020).

No LDCH1, no capítulo desigualdade, pobreza e exclusão social que foi contemplado com atividade de múltipla escolha, traz um gráfico para ser comparado e analisado sobre o rendimento médio real por sexo, cor ou raça.

A desigualdade, pobreza e exclusão social são problemas estruturais que afetam diversas comunidades em todo o mundo. Essas questões estão interligadas e são influenciadas por aspectos como sexo, cor ou raça. Segundo Galeano (2006):

“A desigualdade social é a mãe de todas as outras desigualdades. A desigualdade social se refere à existência de disparidades econômicas, educacionais e de oportunidades entre diferentes grupos sociais. Essas desigualdades podem levar à marginalização de certos grupos e dificultar o acesso a recursos básicos, como saúde, educação, emprego e moradia adequada.”

A pobreza é uma forma extrema de desigualdade, caracterizada pela falta de recursos financeiros e condições de vida precárias. A pobreza afeta desproporcionalmente mulheres, pessoas negras, indígenas, imigrantes e outros grupos marginalizados, perpetuando um ciclo de privações e exclusão social.

A exclusão social se refere à marginalização e isolamento de grupos sociais específicos, resultando na negação de direitos e oportunidades igualitárias. Isso pode ocorrer devido a vários fatores, incluindo preconceito, discriminação e estigmas sociais. A exclusão social afeta especialmente grupos vulneráveis, como pessoas com deficiência, pessoas LGBTQ+ e minorias étnicas.

Ao discutir essas questões, é importante reconhecer as inter-relações que algumas categorias sociais permeiam. A interseccionalidade considera como diferentes formas de opressão e privilégio se entrelaçam e se manifestam na vida das pessoas.

No LDCH1, vem trazendo uma imagem (Figura 11) que data de 1957 nos Estados Unidos quando uma jovem negra, por nome de Elizabeth Eckford, tenta assistir as aulas e é hostilizada, até aquele ano estudantes brancos e negros não se misturavam.

Figura 11 - Imagem retirada do Livro LDCH1, página 33.



Elizabeth Eckford sendo hostilizada por tentar assistir às aulas em uma escola frequentada por estudantes brancos na cidade de Little Rock, em Arkansas, nos Estados Unidos, em foto de 1957. Até esse ano, nos Estados Unidos, estudantes negros e brancos não se misturavam nas mesmas escolas. Porém, a Suprema Corte decidiu pela ilegalidade dessa segregação, o que causou forte reação da comunidade branca em várias partes do país.

Em 1957, após a Suprema Corte dos EUA decidir que a segregação racial nas escolas era ilegal, Eckford e seus colegas negros tentaram se matricular na Central High School, uma escola predominantemente branca. No entanto, eles foram recebidos com hostilidade e resistência por parte dos brancos.

A foto icônica (Figura 3.11) mostra Eckford, sozinha, enfrentando uma multidão de estudantes brancos que a insultam e ameaçam. A imagem representa um momento crucial na luta pela igualdade racial nos EUA.

Apesar das dificuldades enfrentadas pelos "Little Rock Nine", eles conseguiram entrar na escola com a ajuda da intervenção federal. Sua coragem e persistência ajudaram a impulsionar o movimento dos direitos civis nos Estados Unidos.

Hoje, a integração racial nas escolas americanas é obrigatória, graças aos avanços conquistados pelo movimento dos direitos civis. No entanto, persistem desafios e disparidades em termos de equidade educacional, que ainda estão sendo enfrentados nos Estados Unidos.

Relacionada, a princípio, às distinções biológicas, a diferença entre os gêneros serviu para explicar e justificar as mais variadas distinções entre mulheres e homens. Teorias foram construídas e utilizadas para "provar" distinções físicas, psíquicas, comportamentais; para indicar diferentes habilidades sociais, talentos ou aptidões; para justificar os lugares sociais, as possibilidades e os destinos "próprios" de cada gênero. O movimento feminista vai, então, se ocupar centralmente dessa diferença — e de suas consequências.

O acesso à justiça é fundamental para combater a desigualdade social e o Estado deveria desempenhar um papel crítico na garantia de que todos os cidadãos tenham igualdade perante a lei, independentemente da sua origem social, econômica ou étnica. Isso significa que o sistema jurídico deve ser acessível, transparente e eficaz na proteção dos direitos de todos os cidadãos, especialmente aqueles que são mais vulneráveis à exploração e à discriminação.

No LDCH3, o capítulo destinado ao estudo das violências, remete à violência de gênero e à violência contra a população LGBTQI+, na sessão diálogos a análise de uma música traz uma reflexão sobre a mulher e as transformações sociais.

A violência de gênero e a violência contra a população LGBTQI+ são problemas sérios e generalizados em todo o mundo. Ambas as formas de violência têm raízes profundas na discriminação, no preconceito e nas desigualdades de poder existentes na sociedade. Segundo Vasconcelos et al., (2023) a violência de gênero e a violência contra a população LGBTQIA+ são

problemas de saúde pública que exigem uma resposta abrangente e multidisciplinar. É necessário implementar políticas públicas que promovam a igualdade de gênero e os direitos humanos das pessoas LGBTQIA+, além de oferecer apoio às vítimas e punir os agressores.

Nesse sentido, a educação pode cumprir uma função importante, como agente transformador na sociedade, que pode auxiliar na reconstrução de conceitos, tão arraigados e concebidos como verdades definitivas, advindas de perspectivas reacionárias que precisam ser problematizadas e enfrentadas da melhor forma possível.

A violência de gênero refere-se à violência que é direcionada principalmente para as mulheres, simplesmente por causa de seu gênero. Essa violência pode ocorrer tanto em espaços públicos quanto privados, e pode assumir muitas formas, incluindo violência física, sexual, psicológica e econômica. As mulheres são desproporcionalmente afetadas por esse tipo de violência, e muitas vezes enfrentam obstáculos ao buscar justiça e apoio.

Por outro lado, a violência contra a população LGBTQIA+ é uma forma específica de violência baseada na orientação sexual, identidade de gênero ou expressão de gênero de uma pessoa. Muitas pessoas LGBTQIA+ enfrentam discriminação, estigma e violência simplesmente por serem quem são. Essa violência pode vir de indivíduos, famílias, comunidades ou até mesmo do Estado, manifestando-se em forma de agressões físicas, estupros corretivos², discriminação no emprego, negação de acesso a serviços e até assassinatos.

Ambas as formas de violência têm consequências devastadoras para as vítimas e para a sociedade como um todo. Elas impedem a realização de direitos humanos básicos, causam danos físicos e emocionais graves e perpetuam a desigualdade e a exclusão social. Além disso, a violência de gênero e a violência contra a população LGBTQIA+ são problemas sistêmicos que refletem normas e valores sociais prejudiciais.

No LDCH2, nos demais volumes iremos encontrar o tema violência em diferentes perspectivas, a distinção entre violência interpessoal e coletiva, mas que não remete em nenhum momento a violência de gênero, a homofobia, categorias tão próprias do debate sociológico, mas tão distantes na efetivação dos conhecimentos sistematizados dos livros didáticos.

A violência é um fenômeno complexo que pode ser interpretado de diferentes perspectivas, dependendo do contexto em que ocorre. Duas formas comuns de violência são a violência

² Os "estupros corretivos" são um termo que se refere a uma prática criminosa e extremamente prejudicial em que alguém é sexualmente agredido como uma tentativa de "corrigir" ou punir sua orientação sexual ou identidade de gênero percebida como inadequada. Essa prática é uma violação dos direitos humanos e é amplamente condenada em todo o mundo. Os estupros corretivos são considerados crimes graves e são inaceitáveis em qualquer sociedade civilizada.

interpessoal e a violência coletiva. Embora ambas envolvam atos de agressão, elas têm características distintas que as diferenciam.

A violência interpessoal ocorre entre indivíduos ou grupos menores, como brigas entre duas pessoas, agressões domésticas ou crimes passionais. Ela geralmente envolve uma interação direta entre agressor e vítima, e as motivações podem variar, desde questões pessoais, como disputas de poder, até fatores sociais, como discriminação ou rivalidades. Esse tipo de violência pode acontecer tanto de forma física quanto verbal, e geralmente é resultado de conflitos pessoais ou desequilíbrios de poder entre as partes envolvidas (Ritt, 2020).

Por outro lado, a violência coletiva refere-se a atos agressivos que envolvem um grande número de pessoas, como guerras, genocídios e massacres em massa. Ao contrário da violência interpessoal, a violência coletiva ocorre em um nível mais amplo e envolve diferentes grupos sociais ou comunidades inteiras. Ela geralmente é motivada por fatores políticos, ideológicos ou étnicos, e pode surgir de longos períodos de tensão social, discriminação ou conflitos territoriais. Essa forma de violência costuma ter consequências devastadoras, resultando em perdas humanas em grande escala e destruição de infraestruturas (Nascimento, 2015).

No LDCH2, no capítulo intitulado “direitos humanos” e subtítulo desigualdades estruturais faz uma alusão a Lei Maria da Penha sem direcionar nenhuma reflexão quanto a isso. As desigualdades estruturais se referem à existência de injustiças e disparidades sistêmicas que afetam determinados grupos sociais de forma desproporcional. Essas desigualdades podem ser relacionadas a gênero, raça, classe social, entre outros aspectos.

A Lei Maria da Penha é uma legislação brasileira que tem como objetivo proteger e combater a violência doméstica e familiar contra a mulher. Ela foi promulgada em 2006 e busca enfrentar as desigualdades de gênero presentes na sociedade, garantindo mecanismos de prevenção, punição e assistência às mulheres vítimas de violência.

Dessa forma, podemos dizer que as desigualdades estruturais, como por exemplo, a discriminação de gênero, são abordadas pela Lei Maria da Penha como forma de combater e promover a igualdade de direitos entre homens e mulheres. A alusão à Lei Maria da Penha nesse contexto serve para destacar a importância de enfrentar e superar as desigualdades estruturais para alcançar uma sociedade mais justa e igualitária.

Toda a coleção analisada dedica orientações para o trabalho com projetos e pesquisa científica, bem como experiências exitosas, nesta coleção a sessão “Eu também posso” retrata uma experiência de projeto realizado uma escola do ensino médio a respeito da violência doméstica.

A violência é um tema complexo e multifacetado que afeta profundamente a sociedade em todo o mundo. Ela se manifesta de várias formas, incluindo violência física, verbal, psicológica, sexual, doméstica, racial e muitas outras. A violência pode ocorrer em diversos contextos, como em casa, nas ruas, no trabalho e até mesmo em conflitos internacionais. Abordar esse problema é fundamental para a construção de sociedades mais seguras, justas e pacíficas (Guimarães, 2015).

A violência muitas vezes resulta de uma combinação de fatores, incluindo desigualdade social, acesso fácil às armas, discriminação, políticas e econômicas, entre outros. Suas consequências são devastadoras, afetando não apenas as vítimas diretas, mas também suas famílias, comunidades e sociedade como um todo.

Uma das formas mais preocupantes de violência é a violência doméstica, na qual parceiros íntimos ou membros da família exercem poder e controle sobre seus entes queridos. Essa forma de violência pode ter efeitos a longo prazo na saúde física e mental das vítimas e é um problema global.

A educação desempenha um papel crucial na prevenção da violência. É fundamental ensinar valores de respeito, empatia e tolerância desde cedo, promovendo o diálogo e a resolução de conflitos. Além disso, as políticas públicas e a aplicação da lei desempenham um papel importante na prevenção e na proteção da violência.

Vale ressaltar que, mesmo quando aborda a precariedade do trabalho, quando aborda as desigualdades sociais, raciais e de gênero o foco contínuo sendo o mercado de trabalho e o indivíduo ideal para obedecer ordens e perpetuar a hegemonia social “Não existe homem que possa fazer com que uma sociedade tenha, em determinado momento, um sistema de educação diferente daquele que está contido em sua estrutura, bem como é impossível que um organismo vivo tenha órgãos e funções diferentes daqueles que estão encerradas em sua constituição.”(Durkheim p. 78)

Nessa perspectiva Durkheim afirma que a educação parte de um pressuposto condicionado as necessidades sociais vigentes ligadas principalmente aos aspectos sociais, políticos, econômicos e históricos, não se constrói uma concepção educativa sozinho ela se dá a partir dos interlocutores sociais, com finalidades específicas atrelados as necessidades coletivas. Tendo em vista que a educação faz parte de um sistema organizado maior cujas funções e órgãos estão diretamente ligadas as necessidades sociais vigentes dentro da perspectiva da solidariedade orgânica.

3.2 SEXUALIDADE: UMA HISTÓRIA DE EXCLUSÃO

É notório que o percurso das concepções acerca da sexualidade humana, quer em nível do senso comum ou da ciência, esteve, quase sempre, focalizado no indivíduo adulto e na sua relação estritamente relacional, ou seja, a relação propriamente dita, ato sexual, escamoteando muitas vezes a perspectiva interrelacional de poder e dominação.

Nos vinte e quatro volumes das quatro coleções analisadas não observamos referência à instituição família e todos os aportes teóricos que o tema encaminha, como por exemplo, papéis sociais, identidade de gênero, orientação sexual e todos os entraves – preconceitos, discriminação – que esses fatores acarretam à vida em sociedade.

A história registra uma constante batalha humana na conquista pelo exercício da sexualidade, que metaforiza ao mesmo tempo relações de poder econômico e cultural que permeiam as sociedades, favorecendo mecanismos de consolidação a estabilidade de modelos sexuais e isso de modos diferentes e segundo as máscaras que lhes imprimem os diversos momentos da história de cada sociedade. E todas estas concepções estão impregnadas de conjunturas diferentes, culturas diferentes, porém visivelmente detectada por diferenciações que não se limitam apenas às relacionadas a fisiologia dos sexos, mas à dominação masculina e a subjugação da mulher.

Podemos perceber que, em todos os livros consultados, a questão de gênero aparece de forma mais acentuada que as questões da sexualidade. Parece ser um consenso, uma característica comum nos livros, partir da discussão de gênero para chegar à questão da sexualidade, pouco explorada e trabalhada nas aulas de Sociologia.

No material analisado o tema aparece em dois textos em coleções distintas: no volume “Consciência Ambiental”, do LDCH3, na sessão conexões - que visa intercambiar conhecimento de outras áreas - traz um fragmento de texto que aborda as mudanças físicas da puberdade, no LDCH3 volume ‘Mundo em movimento’ o segundo capítulo traz um texto e um gráfico ilustrativo quanto a saúde reprodutiva, as abordagens tratam apenas da fisiologia e escamoteia o sujeito e inviabiliza o indivíduo.

São as sutilezas das abordagens que nos leva a questionar qual o papel da educação, a cada nova sessão e a cada novo bloco, e fica evidente o grande foco da educação brasileira, a necessidade de formar trabalhadores, pessoas capazes de atuarem no mercado de trabalho, quer dizer, o enfoque segue numa perspectiva mercadológica, que ressalta o desenvolvimento do empreendedorismo e protagonismo juvenil.

Os currículos consistem nos parâmetros e normas educacionais que permeiam os procedimentos de ensino, os materiais didáticos, processos de avaliação são, seguramente, espaço de inúmeras distinções, dentre elas as diferenças de gênero, sexualidade, etnia, classe — são constituídos por essas distinções e, ao mesmo tempo, são produtoras dessas posturas. Tudo isso precisa ser abordado e refletido nos espaços educativos. É imperativo questionar não apenas o que ensinamos, mas a intencionalidade do que ensinamos e a forma como esse conhecimento é absorvido e sentido por nossos estudantes. É fundamental problematizar os conhecimentos e teorias, os discursos instituídos procurando perceber o sexismo, o racismo e outras formas de discriminação e preconceito (Abramowicz, 2012).

Todo esse processo tende a escamotear o tratamento dado as inúmeras categorias, relevantes e que estão presentes na vida dos jovens. Nos seis volumes das quatro coleções não observamos direcionamento ao tema família, sexualidade, identidade de gênero, orientação sexual, homossexualidade, homofobia, questões que fazem parte da existência humana e que são corriqueiras nos corredores e sala de aula das instituições escolares.

Há uma invisibilidade temática que nos instiga a refletir, problematizar e propor intervenções que possam ampliar as discussões, de forma que os espaços escolares possam ser mais inclusivos e promotor de debate na perspectiva interseccional buscando implementar a possibilidade de ampliação junto aos instrumentos oficialmente postos e despertar no educador o desejo e a necessidade de adentrar em temas que estão ausentes neste momento educacional mas que se fazem presentes e significativos para todos os estudantes do Ensino Médio.

4 SUGESTÕES DE APRIMORAMENTO DO TRABALHO DOCENTE COM OS TEMAS DE GÊNERO, SEXUALIDADE E INTERSECCIONALIDADE NA SALA DE AULA, E PESQUISA DESCRITIVA

4.1 SUGESTÕES PARA APRIMORAR A INCLUSÃO DA INTERSECCIONALIDADE NAS SALAS DE AULA

Aprimorar a inclusão da interseccionalidade nas salas de aula e nos livros didáticos é fundamental para promover uma educação mais abrangente e sensível às complexidades das identidades sociais. Diante do desenvolver desta pesquisa, foi feita uma análise sobre possíveis maneiras de abordagem destes temas, de maneira mais eficaz para alunos e professores escolhido nove pontos a serem abordados como práticas de aprimoramento dos temas.

1. Definições Explícitas e Contextualização:

Introduza conceitos interseccionais de forma clara e acessível para os estudantes.

Contextualize as interações entre diferentes identidades sociais por meio de exemplos concretos e situações do cotidiano.

2. Exemplos Diversificados:

Utilize uma variedade de exemplos que abordem as interações entre gênero, raça, classe, sexualidade, deficiência, entre outras identidades.

Inclua histórias de indivíduos reais que vivenciam múltiplas formas de opressão e privilégio.

3. Atividades Práticas:

Crie atividades que incentivem os estudantes a refletir sobre suas próprias identidades e como elas podem ser interseccionais.

Desenvolva exercícios de análise de mídia, literatura e outras fontes que permitam a aplicação dos conceitos interseccionais.

4. Estudos de Caso e Narrativas Complexas:

Introduza estudos de caso que abordem situações onde as identidades se entrelaçam e podem gerar diferentes experiências.

Utilize narrativas complexas que explorem como as opressões e privilégios interagem e afetam as vidas das pessoas.

5. Diálogo e Discussão:

Promova debates em sala de aula que incentivem os estudantes a discutirem e compartilharem suas perspectivas sobre questões interseccionais.

Crie um ambiente seguro para que os alunos expressem suas opiniões e dúvidas, facilitando a aprendizagem colaborativa.

6. Abordagem Multidisciplinar:

Integre a interseccionalidade em diferentes disciplinas, não apenas nas aulas de Sociologia, para enfatizar sua relevância em diversas áreas do conhecimento.

7. Enfoque em Movimentos Sociais e Mudanças:

Explore como os movimentos sociais e ativistas estão abordando as questões interseccionais e promovendo mudanças na sociedade.

Destaque histórias de resistência e luta por justiça social que incorporam uma abordagem interseccional.

8. Atualização Periódica:

Garanta que os materiais didáticos sejam atualizados regularmente para refletir os desenvolvimentos mais recentes na teoria e nas discussões interseccionais.

9. Formação de Professores:

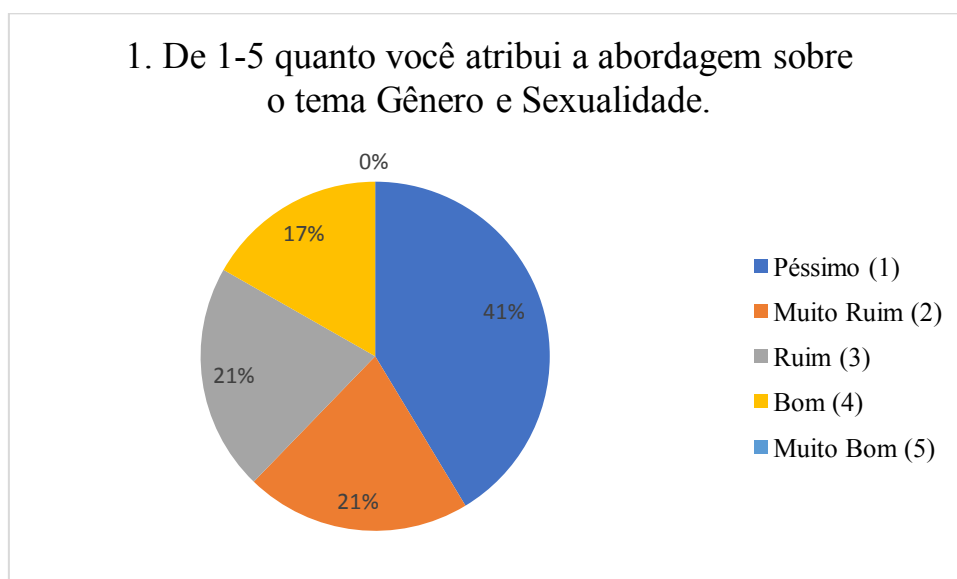
Ofereça capacitação aos professores para que eles possam abordar eficazmente a interseccionalidade em sala de aula e lidar com possíveis desafios.

4.2 PESQUISA DESCRITIVA NA EREM DO MUNICÍPIO DE POÇÃO-PE

Conforme apontado anteriormente, a coleta dos dados foi realizada por meio de um formulário online. A plataforma utilizada para criação desse formulário foi o *Google Forms*, possibilitando que os alunos pudessem responder conforme disponibilidade do seu tempo, de forma particular e isentos de qualquer influência externa sobre as respostas. Participaram da pesquisa, um total de 65 alunos de três turmas do Segundo ano do Ensino Médio. Sendo 20 do Segundo ano “A”, 25 do segundo ano “B” e 20 do Segundo ano “C”.

A primeira pergunta se referiu a abordagem sobre o tema Gênero e Sexualidade no livro didático de Sociologia. O resultado obtido (Gráfico1) mostrou que 41% acha péssima a abordagem do tema gênero e sexualidade nos livros, 21% responderam muito ruim e ruim, e 17 % responderam achar boa essa abordagem. Ou seja, os alunos observaram que nos livros no geral, a abordagem desses temas, ainda é muito vago, pois espera-se que esses temas apareçam de forma clara, respeitosa e abrangente nesses livros, visto a importância dos mesmos na vida do aluno.

Gráfico 1 - Primeira pergunta do formulário.



Mas as pressões das instituições produzem o silenciamento, justificando que não se constitui missão da escola a educação sexual dos jovens que ali circundam.

Por outro lado, há aqueles/as que negam que a educação sexual seja uma missão da escola, com o fundamento de que nela estão implicadas escolhas morais e religiosas e que ela cabe primordialmente às famílias. A pressão desses grupos vai na direção do silenciamento, possivelmente supondo que se não se tocar nessas questões elas não "entrarão" na escola. Uma suposição que se revela impossível. As questões referentes à sexualidade estão, queira-se ou não, na escola.

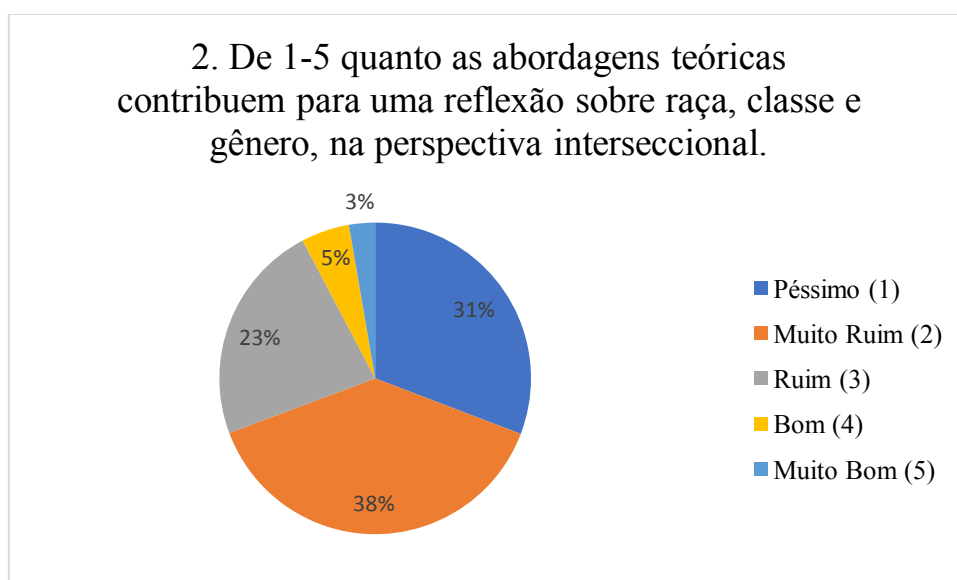
Diferentes esferas sociais já perceberam a necessidade e relevância do debate, por compreenderem que as questões referentes à sexualidade estão, queira-se ou não, na escola, porém as políticas públicas, os currículos e principalmente os atores sociais, oscilam de acordo com o tempo e espaço onde as discussões são vinculadas, uma visão conservadora tende a excluir qualquer forma de conscientização, há uma necessidade de calar corpos sexualmente ativos - que é o caso dos nossos jovens - em função de uma moralidade hipócrita, que Louro, 2014 salienta numa perspectiva foucaultiana:

As concepções tradicionais são também perturbadas por outro insight de Foucault, que consiste em perceber o poder não apenas como coercitivo e negativo, mas como produtivo e positivo. O poder não apenas nega, impede, coíbe, mas também "faz", produz, incita. Chamando a atenção para as minúcias, para os detalhes, para táticas ou técnicas aparentemente banais, ele nos faz observar que o poder produz sujeitos, fabrica corpos dóceis, induz comportamentos, "aumenta a utilidade econômica" e "diminui a força política" dos indivíduos (2014: 44)

Mas para sair da perspectiva da coerção e disciplinamento dos corpos, é preciso perceber-se dentro do processo, A escola tende a perpetuar condições sociais determinadas por uma minoria elitizada, grupo este que decide, coloca em pauta seus pressupostos e ideais acerca das aspirações para determinado grupo, mas ela também pode ser um espaço de luta, de mudança, para que isso acontece se faz necessário desenvolver em seus atores o caminho da reflexão / ação, do questionamento, do debate.

O segundo questionamento (Gráfico 2) teve como finalidade saber quanto as abordagens teóricas contribuem para uma reflexão sobre raça, classe e gênero, na perspectiva interseccional. O resultado obtido foi que 38% dos alunos responderam que a contribuição é muito ruim, 31% péssima, 23% ruim e 5% bom. Na sociedade, as relações de gênero estão intrinsecamente ligadas às relações de poder. O poder é um elemento central na construção das hierarquias de gênero, onde homens e mulheres são posicionados de maneiras diferentes e ocupam espaços distintos na sociedade.

Gráfico 2 - Segunda pergunta do formulário.



É notório que muitas vezes esses questionamentos são esquecidos no mundo acadêmico, e como visto nos resultados os alunos eles também sentem falta e necessidade da ênfase desses conteúdos como prioridade nos livros didáticos. “Tirar essas pautas da invisibilidade e um olhar interseccional mostram-se muito importante para que fuçamos de análises simplistas ou para se romper com essa tentação de universalidade que exclui. A história tem nos mostrado que a invisibilidade mata, o que Foucault chama de “deixar viver ou deixar morrer”. (Ribeiro, 2017:32).

E o ‘viver’ nesse momento seria tornar-se visível enquanto categorias sociais pensar que a complexidade das identidades humanas na perspectiva de diferentes formas de opressão, discriminação e privilégio que se entrelaçam e se manifestam nas vidas das pessoas. A interseccionalidade foi um termo cunhado pela professora e ativista Crenshaw, Kimberle. A interseccionalidade da discriminação de raça e gênero. 2002 na década de 1980 e desde então tem sido uma ferramenta poderosa para analisar as experiências das pessoas em um contexto mais abrangente e inclusivo.

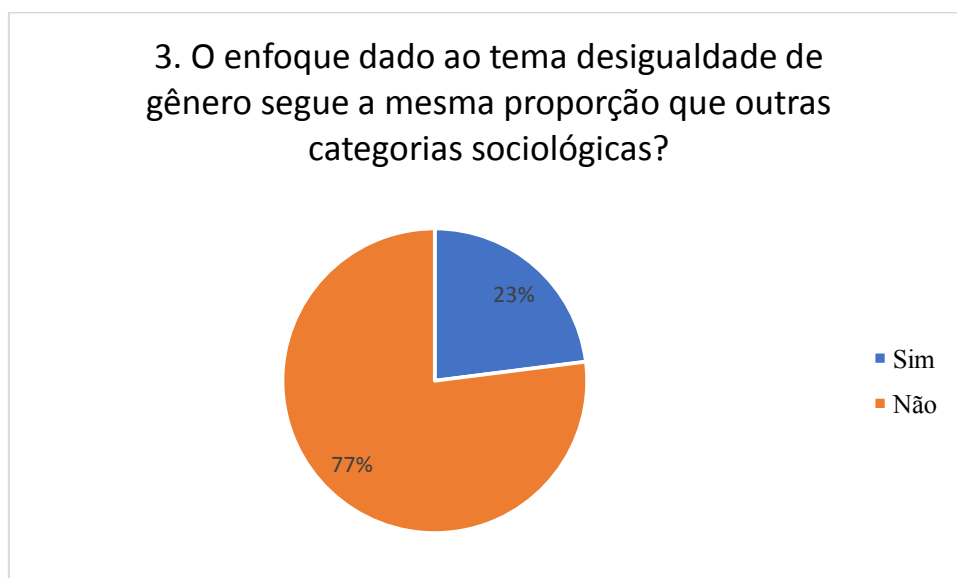
Partindo do pressuposto de que as pessoas têm múltiplas identidades e pertencem a várias categorias sociais simultaneamente, como gênero, raça, classe social, orientação sexual, habilidades físicas, entre outros. Essas identidades não podem ser separadas umas das outras, e suas interações moldam as experiências individuais.

Segundo Louro (2014), é possível pensar as identidades de gênero de modo semelhante: elas também estão continuamente se construindo e se transformando. Em suas relações sociais, atravessadas por diferentes discursos, símbolos, representações e práticas, os sujeitos vão se construindo como masculinos ou femininos, arranjando e desarranjando seus lugares sociais, suas disposições, suas formas de ser e de estar no mundo. Essas construções e esses arranjos são sempre transitórios, transformando-se não apenas ao longo do tempo, historicamente, como também se transformando na articulação com as histórias pessoais, as identidades sexuais, étnicas, de raça, de classe ...

E enquanto experiências essas conotações irão permear toda uma história, de lutas, de conquistas, de submissão, é no emaranhado das vivências que construímos e reconstruímos a vida. Mas sobretudo, são as reflexões que transformam nossos conceitos, sem eles o natural e corriqueira se perpetuam.

A terceira pergunta fala se o enfoque dado ao tema desigualdade de gênero segue a mesma proporção que outras categorias sociológicas, é a primeira de uma sequência de cinco questionamentos onde os alunos puderam responder assinalando a alternativa ‘sim’ ou ‘não’ (Gráfico 3). O resultado obtido foi que 23%, totalizando quinze estudantes, assinalaram como ‘não’ e 77%, totalizando quarenta estudantes, assinalaram como ‘sim’. Esse resultado evidencia o quanto esses livros seguem carentes dessas temáticas, e que os alunos eles percebem, e se percebem e porque sentem falta.

Gráfico 3 - Terceira pergunta do formulário.



Discutir a aprendizagem de papéis masculinos e femininos parece remeter a análise para os indivíduos e para as relações interpessoais. As desigualdades entre os sujeitos tenderiam a ser consideradas no âmbito das interações face a face. (...) como também as complexas redes

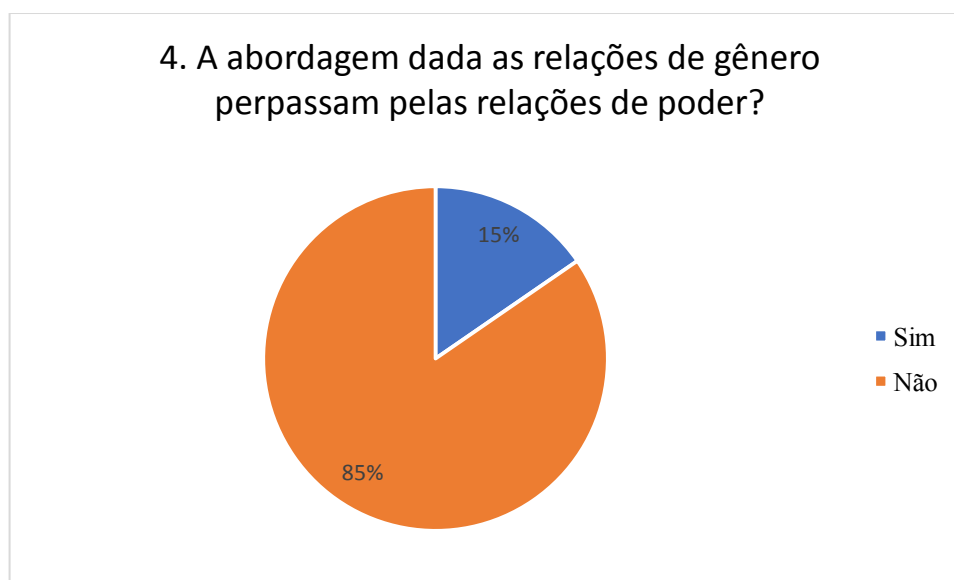
de poder que (através das instituições, dos discursos, dos códigos, das práticas e dos símbolos...) constituem hierarquias entre os gêneros (Louro, 2014: 24).

Pensar as desigualdades requer acionar inúmeros mecanismos de dominação e poder, em diferentes instâncias, tendo em vista que há um emaranhado de fatores que envolvem essa situação. Mas pensar a desigualdade de gênero vai imbricar pensar também, nas construções simbólicas que perpassam nos contextos sociais e que se perpetuam em função da opressão sexual que se encontra entranhada das mentes humanas.

Não estamos tratando apenas de um desequilíbrio ou desnível social, estamos pensando em construções muito subjetivas que dessa forma carrega um arcabouço de tabus e preconceitos que moldam esse ser. “O conceito foucaultiano de "biopoder", ou seja, o poder de controlar as populações, de controlar o "corpo-espécie" também parece ser útil para que se pense no conjunto de disposições e práticas que foram, historicamente, criadas e acionadas para controlar homens e mulheres. (1997: 41)” Que Louro afirma está para além da ideia do poder disciplinar. E no chão da escola se corporifica em cada gesto, regra e exclusões que estes jovens apreciam.

A quarta pergunta fala se a abordagem dada as relações de gênero perpassam pelas relações de poder, é a segunda de uma sequência de cinco questionamentos onde os alunos puderam responder assinalando a alternativa ‘sim’ ou ‘não’ (Gráfico 4). O resultado obtido foi que 85%, totalizando cinquenta e cinco estudantes, assinalaram como ‘não’ e 15%, totalizando dez estudantes, assinalaram como ‘sim’. Na sociedade, as relações de gênero estão intrinsecamente ligadas às relações de poder.

Gráfico 4 - Quarta pergunta do formulário.



Contudo o resultado das respostas dos alunos, evidencia o quanto os livros deixam a desejar em relação a essa construção de conhecimento, visto que é essencial reconhecer e analisar como as relações de gênero são permeadas pelas relações de poder, a fim de compreender e combater as desigualdades e injustiças de gênero, de classe raça e etnia. Carneiro e Stange (2011) nos mostra que o racismo determina as hierarquias de gênero em nossa sociedade, e a classe perpetua hierarquias sendo assim necessário compreendermos que as instituições, carecem de pensar maneiras de combater essa opressão, caso contrário, também contribuirá por manter as relações entre as mulheres hierarquizadas reproduzindo um discurso hegemônico, de exclusão e opressão.

O poder é um elemento central na construção das hierarquias de gênero, onde homens e mulheres são posicionados de maneiras diferentes e ocupam espaços distintos na sociedade. Historicamente, os homens foram socialmente colocados em posições de poder e autoridade, enquanto as mulheres foram subordinadas e tiveram suas oportunidades limitadas. Essa dinâmica de poder contribuiu para a criação e manutenção de desigualdades de gênero em várias esferas da vida, como no mercado de trabalho, nas relações familiares e na política. Se classe, raça e gênero são considerados eixos de poder, é oportuno trazer ao debate as considerações foucaultianas: poder não é uma propriedade, senão uma relação. As relações de poder alteram-se constantemente, surgindo novos conflitos e novos pontos de resistência, conseqüentemente, produzindo novos sujeitos de direito e oportunidade (Foucault, 1995).

Bernardino Costa nos remete em seus estudos um adendo sobre as concepções da interseccionalidade do poder, e acrescenta ao conceito aqui discutido - este que se relaciona ao encontro de diferentes formas de opressão dos indivíduos. Em suas palavras:

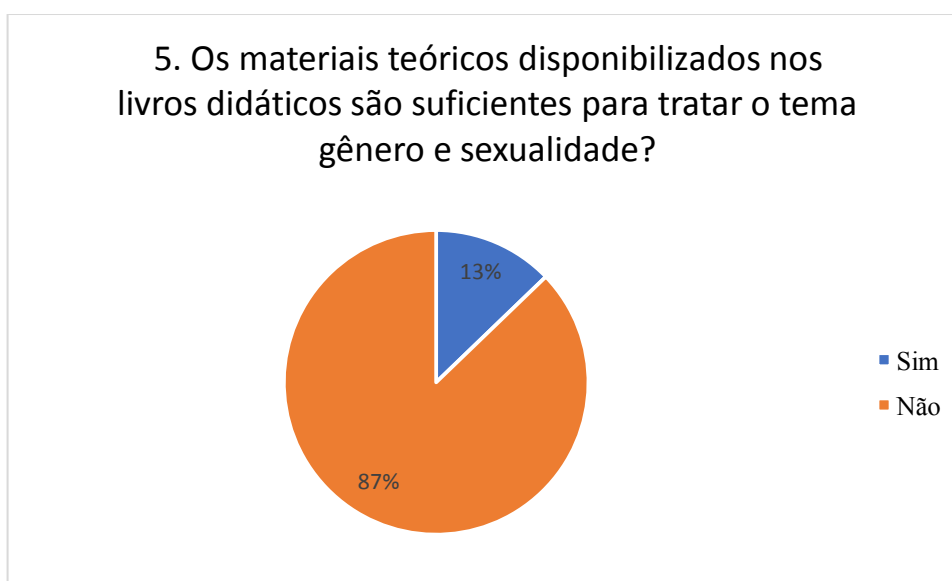
O conceito é utilizado para referir-se à forma pela qual o racismo, as relações patriarcais, a opressão de classe e outros eixos possíveis de poder e discriminação criam desigualdades. Crenshaw (2002) enfatiza como a interseccionalidade de raça, classe e gênero produz opressões e desempoderamento. A partir da metáfora de encontro de avenidas, torna-se claro o que está autora entende por interseccionalidade. Os eixos de poder – raça, etnia, classe, gênero – sobrepõem-se e se cruzam.

Alguns campos políticos e sociais foram considerados neutros em relação a participação ativa das mulheres ao longo da história. Essa neutralidade se configura a partir das bases patriarcais de poder nos domínios da vida pública e privada, uma construção histórica que se configura em uma ordem social que justifica a supremacia dos homens e do masculino, em relação às mulheres e ao feminino. A compreensão da dimensão das diferenças e diferenciais raciais/étnicos, da opressão de gênero e do racismo na manutenção da sociedade classista e opressora,

nos remete a uma condição de luta, de reconhecimento da necessidade de uma participação política ativa e consciente.

A quinta pergunta (Gráfico 5) teve por objetivo saber a opinião dos alunos em relação aos materiais teóricos disponibilizados nos livros didáticos, se são suficientes para tratar o tema gênero e sexualidade. Esse questionamento tem relação com a primeira pergunta, pois faz parte do interesse dos alunos. Além da falta de conteúdo sobre os temas nos livros, o conteúdo que existe, não tem material teórico suficiente para uma melhor compreensão dos mesmos. O resultado obtido foi que aproximadamente 85% dos alunos, totalizando cinquenta e seis estudantes assinalaram a opção ‘não’; 15%, totalizando nove estudantes, assinalaram a opção ‘sim’.

Gráfico 5 - Quinta pergunta do formulário.



É relevante reconhecer a importância do livro didático como estrutura organizada e sequencial do conteúdo curricular, uma ferramenta com referencial teórico acessível para alunos de diversas origens socioeconômicas. Ele ajuda a reduzir desigualdades, já que todos os alunos têm acesso ao mesmo material, independentemente das situações socioeconômicas. Pensar as categorias sociológicas Gênero e sexualidade sua presença e relevância nos livros didáticos, por aqueles a quem se destina esse material, oportunizou uma aproximação do estudante ao conhecimento em pauta, e o reconhecimento da sua exclusão.

Guimarães (2015) reafirma as proposições de “ Freire, Haddad e Ribeiro (2009) referem-se à construção de uma política pública de educação em gênero e diversidade reconhecendo que não “[...] bastarão leis, se não houver a transformação de mentalidades e práticas”. É no chão da escola que se evidencia muitas reticências, é nos materiais publicados que percebemos

a carência do debate, acredito que será o fazer pedagógico que poderá reverter esse quadro, essa mudança, tornando eficiente o trabalho com essas temáticas, é importante uma formação docente que favoreça o reconhecimento do gênero e da sexualidade enquanto marcadores sociais das diferenças. Diferenças essas que são, frequentemente, traduzidas na produção de desigualdades sociais.

O ensino das temáticas de sexualidade e gênero nas aulas de Sociologia do Novo Ensino Médio, assume um grande desafio, conseguir desenvolver um olhar que seja capaz de dialogar e questionar concepções obtidas através das experiências dos indivíduos, desnaturalizar algumas posturas que nos dará condições de reverter um quadro de violência, desigualdades, homofobia, racismo, sexismo que foram propagadas por toda a sociedade através da tradição, da cultura e dos “costumes”.

Compreender que os materiais publicados com o intuito de embasar os conteúdos e a prática docente, são instrumentos extremamente relevantes, sobretudo o livro didático, e reconhecer que estamos tratando de um conhecimento que sempre passou por dificuldades, a Sociologia carrega na sua história uma intermitência de relevância e espaço muito acentuada, enquanto conhecimento científico propositor de mudança sociais e políticas, supressões e retornos sempre estiveram presentes nesse campo.

Tudo isso se evidencia na resposta dos nossos estudantes, quando solicitados a analisarem os livros didáticos, puderam perceber que estes, não abrangem gênero e sexualidade de forma efetiva, por estarmos tratando de temas que circundam um tabu e que são, por isso, muitas vezes omitidos dos espaços escolares.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola, especialmente, deve atuar por meio de intervenções que possam reduzir as crenças que justificam, legitimam, e perpetuam comportamentos abusivos e o uso de violência em relações institucionais domésticas e familiares. É por meio da educação que se pode ampliar a visão de mundo das pessoas envolvidas no ciclo de violência, no que tange direitos, gênero, justiça e cidadania e a escola deve contribuir para a disputa de narrativas e desconstrução dessa naturalização de gêneros imutáveis rumo a uma reconstrução sociais dos papéis de gênero.

Como pensar em liberdade, em um espaço coletivo, pautado de conjecturas culturais e políticas, que submetem os jovens a seguirem determinadas regras e padrões culturais arbitrárias ou incoerentes para o espaço/tempo. As liberdades, como deveriam ser chamadas implica diferentes formas de pensar a vida, não apenas no espaço escolar, porque a vida dos jovens estudantes estão além muro, mas no espaço social.

Pensamos que falar de sexualidade e relações de gênero é instigante, mas também complexo. O caminho percorrido sobre Gênero e Sexualidade, estabeleceu alguns conceitos, valores e percepções, como pontos de apoio a reflexão, nos proporcionando subsídios para compreender o humano na sua magnitude e incompletude, numa perspectiva de elaboração e significados, principalmente por perceber a condição humana como um campo de batalha entre repetição e diferença – forças e reminiscências, no que diz respeito as experiências sexuais e de gênero.

Situado num âmbito maior, de relações intrinsecamente entrelaçadas o campo educativo, local por excelência de conflitos e repressões, principalmente no que diz respeito ao recorte da relação professor/ aluno, que favorece o estabelecimento do cenário de luta entre o desejo, o corpo, os direitos, entre o dito e o não dito; suscitou o quanto o tema gênero e sexualidade carrega em seu emboto preconceitos e visões distorcidas das vivências humanas, oriundas de concepções arraigadas durante séculos, que acarreta principalmente as relações poder e controle social.

Sem pretender traçar ou instituir modelos do fazer educativo, ou fazer do livro didático um único instrumento de pesquisa, o intuito maior nesse trabalho foi perceber as relações de poder que permearam as reformas, e a supressão dos componentes curriculares e dos conteúdos relevantes a vida em sociedade. Bem como, analisar se o que está posto nos documentos norteadores, são suficientes para amenizar os dados apontados de discriminação, segregação e violência de gênero, enquanto situações corriqueiras do cotidiano dos estudantes do Novo Ensino Médio.

A educação cumprirá o seu papel, quando perceber a importância de implementar ações concretas frente as necessidades formuladas e demonstradas pelo indivíduo aprendiz – professores e alunos – no seu desenvolvimento psicossocial e psicosexual. Ações caracterizadas por abordagens que garantam valores culturais, éticos, sexuais, estéticos e educacionais. Viver estas relações nas aulas de Sociologia do Ensino Médio, significa viver experiências de cunho transformador, pelo movimento dialético da relação do homem com o mundo e com as suas experiências.

Os longos anos vivenciando experiências educativas comprova que existe um extenso caminho a ser traçado por educadores e a sociedade como um todo, para quebrar paradigmas de exclusão, tabus e preconceito, quanto a sexualidade humana, este trabalho ressalta que há uma grande distância sobre o que se ensina e o que se vive – na vida cotidiana – mas que, o debate, as inquietações ainda são a melhor forma de suscitar a necessidade dessa junção, isso ficou evidenciado na pesquisa realizada junto aos estudantes do segundo ano do Ensino Médio.

Em relação à abordagem da interseccionalidade nos livros didáticos de sociologia no Ensino Médio, pode-se dizer que ela contribui para uma educação mais crítica e consciente, que capacita os estudantes a entenderem melhor as desigualdades sociais e a contribuir ativamente para a construção de uma sociedade mais igualitária, embora tenha ficado evidente as lacunas que os livros trazem, podemos perceber que esta discussão está chegando lentamente ao espaço escolar.

Vale ressaltar que existe um espaço que pode suprir essa lacuna quanto ao tema Gênero e Sexualidade, que são as Eletivas – disciplinas que tanto o professor quanto os estudantes podem decidir os campos de abordagem - e que ocupa uma carga horária significativa; mas que suscita um questionamento esse profissional estará preparado para abordar esse conteúdo, tendo em vista que a nova BNCC e o Novo Ensino Médio da margem para que profissionais de outras áreas, em função do notório saber, ocupem as cadeiras do magistério, acarretando então, uma preocupação sobre a disponibilidade desse educador em refletir, em desnaturalizar, em sensibilizar esses educandos, para questões que fazem parte da sua existência cotidiana, mas que não se encontram destacados como clareza nos livros, nos currículos, nas orientações teóricas metodológicas.

As reformas acarretaram inúmeras mudanças na estrutura educacional e conseqüentemente no currículo, no fazer pedagógico, nas metodologias e formas de avaliação, muitas destas significativas e impactantes; como é o caso das Ciências Sociais e Humanas. É notória que não apenas o campo sociológico sofreu com essas reformulações, mas por ser uma área que carrega em sua existência no Ensino Médio uma intermitência constante e ainda é vista como uma

disciplina de menor peso e relevância para a formação acadêmica dos estudantes as supressões foram mais acentuadas.

Em se tratando das categorias em análise: gênero e sexualidade ficou evidente o peso das mudanças, embora o tema gênero apareça em todos os livros analisados, o enfoque ainda é muito superficial; as interseções entre classe, gênero, sexualidade, relações étnico-raciais, entre outros e Ensino de Sociologia não são, ainda, uma produção consolidada. Mas nos faz perceber o quanto são valorizados ou marginalizados nas Ciências Sociais brasileiras e consequentemente nas produções dos livros do Ensino Médio.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOWICZ, Anete. *et al.* **Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais.** 2012.
- ARAÚJO, Clara. Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero. **Crítica Marxista**, v. 11, p. 65-70, 2000.
- BARDIN, Lawrence. Análise de conteúdo. **Lisboa: edições**, v. 70, p. 225, 1977.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Secretaria de Educação Fundamental.** Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução. Secretaria de Educação Fundamental, Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Secretaria de Educação Fundamental.** Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução. Secretaria de Educação Fundamental, Brasília: MEC/SEF, 2013.
- BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e política: uma introdução.** Boitempo Editorial, 2015.
- BRITTO, Luiz Percival Leme et al. **A literatura no ensino fundamental e a Base Nacional Comum Curricular.** 2020. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Oeste do Pará.
- BOURDIEU, Pierre. **A reprodução.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Bertrand Brasil. **Rio de Janeiro**, 2002.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Editora José Olympio, 2003.
- BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia.** Editora José Olympio, 2018.
- CARLOTO, Cassia Maria. O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais. **Serviço social em revista, Londrina**, v. 3, n. 2, p. 201-213, 2001.
- CARNEIRO, Adriana. STANGE, Carlos Eduardo Bittencourt. Gênero e Sexualidade: uma abordagem pedagógica e epistêmica. II SIES-Simpósio Internacional de Educação Sexual. **Maringá, Paraná. Abril**, 2011.
- CARREIRA, Denise (Coord.). **Igualdade de Gênero no Mundo do Trabalho: projetos brasileiros que fazem a diferença.** São Paulo: Cortez; Brasília-DF: Fundo de Gênero Brasil-Canadá, 2004.
- CASTRO, Mariângela Machado; MARIANO, André Luiz Sena. Ideologia, escola e conhecimento: a reprodução do currículo oculto às possibilidades de superação a partir da pedagogia histórico-crítica. **Revista HISTEDBR On-line, Campinas**, n. 64, 2015.
- CEPAL. El aporte de las mujeres a la igualdad en América Latina y el Caribe. X Conferencia Regional sobre la Mujer de América Latina y el Caribe. Quito, Ecuador, 6 al 9 de agosto, 2008.

CHAVES, Helena Lúcia Augusto; GEHLEN, Vitória Régia Fernandes. Estado, políticas sociais e direitos sociais: descompasso do tempo atual. **Serviço Social & Sociedade**, p. 290-307, 2019.

CHAVES, Helena Lúcia Augusto; ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. Desigualdades e privação de direitos na sociabilidade capitalista e suas expressões no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, p. 164-182, 2021.

CHAUI, Marilena de Souza. Ideologia e educação. **Educação e pesquisa**, v. 42, p. 245-258, 2016.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista estudos feministas**, v. 10, p. 171-188, 2002.

CRENSHAW, Kimberle W. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, 2004. p. 7-16.

CRUZ, Andréia Cristina. **Gênero nos currículos e nas percepções das/dos estudantes do ensino médio: uma caracterização sociológica**. 2017. Dissertação de Mestrado. Brasil.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Boitempo Editorial, 2021.

COSTA, Ana Paula et al. Sexualidade, gênero e educação: novos olhares. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 4, n. 1, 2009.

COELHO, Mateus Gustavo *et al.* **Gêneros desviantes: o conceito de gênero em Judith Butler**. 2018.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DA MOTTA, Alda Britto. As dimensões de gênero e classe social na análise do envelhecimento. **Cadernos pagu**, n. 13, p. 191-221, 1999.

DEMO, Pedro. **Avaliação qualitativa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

DIEHL, Alessandra.; VIEIRA, Denise. Leite. Transgeneridade em adolescentes e adultos. **Sexualidade: do prazer ao sofrer**, v. 2, 2017.

DOS PASSOS, Joana Célia. As desigualdades educacionais, a população negra e a Educação de Jovens e Adultos. **EJA em Debate**, 2012.

DUARTE, Maria Leuca Teixeira. **Escola: lugar político da diversidade sexual e de gênero**. 2015.

ESPÍNDOLA, Danielle Parker Andrade. **O uso do livro Didático, em sala de aula, por Professores de História**. 2003.

FACIO, Alda. Feminismo, género y patriarcado. *In*: FRIES, Lorena; FACIO, Alda (eds.). *Género y Derecho* Santiago de Chile, LOM Ediciones, La Morada, 1999.

FAUSTO-STERLING, Anne. *Myths of Gender: Biological Theories about Women and Men* New York: Basic Books, 1992.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte” *Educação & Sociedade*, ano XXIII, nº 79. 2002.

FREIRE, Ministra Nilcéa; SANTOS, Ministro Edson; HADDAD, Ministro Fernando. Construindo uma política de educação em gênero e diversidade. **Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM/PR) Secretaria Especial de Políticas de Igualdade Racial (SEPPIR/PR) Ministério da Educação (MEC)**, p. 9, 2009.

FREITAS, Fabrício Monte; SILVA, João Alberto da. As traduções e recontextualizações da BNCC e do Referencial Curricular Gaúcho nos anos iniciais do ensino fundamental. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 104, p. e5149, 2023.

FREITAS, Luiz Carlos. **O novo ensino Médio. Avaliação Educacional – Blog do Freitas**, São Paulo, 23 de fevereiro de 2023.

FOUCAULT, Michel. **Direito de morte e poder sobre a vida**, 1988.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do Discurso**. 5. ed. Tradução de Laura F. de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

_____. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GALEANO, Eduardo. A caminho de uma sociedade da incomunicação. **Sociedade Midiatizada**, v. 1, 2006.

GIDDENS, Anthony. **New rules of sociological method**. Stanford University Press, 1993.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008. GOMES, Fabrício Augusto. **Base nacional comum curricular do ensino médio: currículo, poder e resistência**. 2019. 305 f. Tese (Programa de Pós-Graduação STRICTO SENSU em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia.

GOMES, Nilma Lino; LABORNE, Ana Amélia de Paula. Pedagogia da crueldade: racismo e extermínio da juventude negra. **Educação em Revista**, v. 34, 2018.

GUIMARÃES, Maisa Campos; PEDROZA, Regina Lucia Sucupira. Violência contra a mulher: problematizando definições teóricas, filosóficas e jurídicas. **Psicologia & Sociedade**, v. 27, p. 256-266, 2015.

HIRATA, Helena. Mundialização, divisão sexual do trabalho e movimentos feministas transnacionais. **Cadernos de crítica feminista**, v. 3, n. 2, 2010.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

KERGOAT, Danièle. Em defesa de uma sociologia das relações sociais. Da análise crítica das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceituação. In: KARTCHEVSKY-BULPORT, Andrée et al. O Sexo do Trabalho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In: LOPES, Marta Júlia Marques; MEYER, Dagmar Estermann; WALDOW, Vera Regina (Org.). Gênero e Saúde. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p.19-27.

LAVAL, Christian. **A Escola não é uma empresa. O neoliberalismo em ataque ao ensino público.** Tradução Maria Luiza M. de Carvalho e Silva. Londrina : Editora Planta, 2004.

LORDE, Audre. Não existe hierarquia de opressão. **Pensamento feminista: conceitos fundamentais.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, p. 235-236, 2019.

LOURO, Guacira Lopes.; **Gênero, sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** 16.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MARPICA, Natália Salan. **Entre a obrigatoriedade e as reformas curriculares: professores e professoras de sociologia do ensino médio paulista.** 2018. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

MENEZES, Aline Beckmann; BRITO, Regina Célia Souza; HENRIQUES, Alda Loureiro. Relação entre gênero e orientação sexual a partir da perspectiva evolucionista. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 26, p. 245-252, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento.** São Paulo: Hucitec, 1993.

MORAES, Silvia Elizabeth. **Currículo e formação docente: um diálogo interdisciplinar.** Campinas: Mercado de letras, 2008.

MORAES, Silvia Elizabeth. In search of a vision: how Brazil is struggling to envision citizenship for its public schools. **Pinar.(ed.)**, p. 205-220, 2003.

MOTTA, Vânia Cardoso da; FRIGOTTO, Gaudêncio. Por que a urgência da reforma do ensino médio? Medida Provisória nº 746/2016 (Lei nº 13.415/2017). **Educação & Sociedade**, v. 38, p. 355-372, 2017.

MUNHOZ, Deise Parula. Diversidade sexual, relações de gênero e políticas públicas. **Revista Estudos Feministas**, v. 23, n. 1, p. 269-270, 2015.

NASCIMENTO, Carla Cristine Santos do et al. **Educar para a paz: combatendo a violência na escola.** 2015.

NEVES, Diana Rebello. *et al.* Sentido e significado do trabalho: uma análise dos artigos publicados em periódicos associados à Scientific Periodicals Electronic Library. **Cadernos Ebape. Br**, v. 16, p. 318-330, 2018.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. **Série Estudos/Ciências Sociais/FLASCO-Brasil**, p. 13-19, 2009.

SANTOS, Lucas Manoel Lima et al. O ensino de ciências e biologia na Base Nacional Comum Curricular: uma análise a partir dos pressupostos teóricos da educação CTS. **Revista Triângulo**, v. 14, n. 3, p. 94-112, 2021.

SCOTT, Joan Wallach; LOURO, Guacira Lopes; SILVA, Tomaz Tadeu da. Gênero: uma categoria útil de análise histórica de Joan Scott. **Educação & realidade. Porto Alegre. Vol. 20, n. 2 (jul./dez. 1995), p. 71-99**, 1995.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Sociedade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p.71-99, 1990.

SILVA, Jacqueline Tavares da. **O ensino da sociologia na perspectiva dos professores de sociologia do ensino médio em Natal/RN**. 2018. Dissertação de Mestrado. Brasil.

SILVA, Carla da. A desigualdade imposta pelos papéis de homem e mulher: uma possibilidade de construção da igualdade de gênero. **Revista Direito em Foco**, v. 5, n. 1, p. 1-9, 2012.

SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli. O ensino das Ciências Sociais/Sociologia no Brasil: histórico e perspectivas. **Coleção Explorando o Ensino. Ministério da Educação, Brasília**, 2010.

SOUSA, Richarles de Araújo; LOBÃO, Mário Sérgio Pedroza; FREITAS, Renata Gomes de Abreu. Educação financeira à luz da BNCC: concepções de docentes do ensino profissional e tecnológico. **Educação e Pesquisa**, v. 49, p. e251296, 2023.

PAIVA, Edil V.; FRANGELLA, Rita de Cássia Prazeres; DIAS, Rosanne Evangelista. Políticas curriculares no foco das investigações. **Políticas de currículo em múltiplos contextos. São Paulo: Cortez**, p. 241-269, 2006.

PEDRO, Joana Maria. As guerras na transformação das relações de gênero: entrevista com Luc Capdevila. **Revista Estudos Feministas**, v. 13, n. 01, p. 81-102, 2005.

PESSOA, Fernando. **Obras poética**. Nova Aguilar, 1969.

PESSOA, Fernando. **Poemas de Alberto Caeiro**. L&PM Pocket, 2006.

PIRES, Roberto Rocha Coelho Organizador. **Implementando desigualdades**: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas. 2019.

PYKOCZ, Danielle; BENITES, Larissa Cerignoni. A construção discursiva da realidade na Base Nacional Comum Curricular. **Educação e Pesquisa**, v. 49, p. e250430, 2023.

PULEO, Alicia H. **Filosofia e gênero**: da memória do passado ao projeto de futuro. In: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia da (orgs.). *Políticas Públicas e Igualdade de Gênero*. São Paulo, Coordenadoria Especial da Mulher, 2004, pp.13-34.

RIBEIRO Djamila. **O que é**: lugar de fala? Belo Horizonte -MG: Letramento: Justificando, 2017. 112 p.; 15,9 cm. (Feminismos Plurais).

RITT, Caroline Fockink. *et al.* Violência doméstica contra as mulheres: uma necessária reflexão sobre suas causas e efeitos, bem como as formas de seu enfrentamento. 2020.

ROCHA, Nathália Fernandes Egito. *et al.* Base Nacional Comum Curricular e Micropolítica: analisando os fios condutores. 2016.

ROMANELLI, O. **História da Educação no Brasil**. 29.ed. Petrópolis: Vozes, 2005

VASCONCELOS, Nádya Machado de *et al.* Violência contra pessoas LGB+ no Brasil: análise da Pesquisa Nacional de Saúde 2019. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 26, p. e230005, 2023.

ZIRBEL, Ilze. *et al.* **Uma teoria político-feminista do cuidado**. 2016.

APÊNDICE



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE TECNOLOGIA DE DESENVOLVIMENTO

QUESTIONÁRIO

Este questionário foi aplicado na EREM do município de Poção-PE, a três turmas de alunos do Segundo ano do Ensino Médio. Com o intuito de saber a opinião dos alunos em relação aos questionamentos abordados nesta dissertação, sobre os livros didáticos e os temas Gênero, Sexualidade e Interseccionalidade.

- Análise do Livro Diálogo: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas - Editora Moderna

- Turmas do segundo ano do Ensino Médio da EREM do município de Poção-PE

1. De 1-5 quanto você atribui a abordagem sobre o tema Gênero e Sexualidade?
2. De 1-5 quanto as abordagens teóricas contribuem para uma reflexão sobre raça, classe e gênero, na perspectiva interseccional?
3. O enfoque dado ao tema desigualdade de gênero segue a mesma proporção que outras categorias sociológicas?
4. A abordagem dada às relações de gênero perpassam pelas relações de poder?
5. Os materiais teóricos disponibilizados nos livros didáticos são suficientes para tratar o tema gênero e sexualidade?